

00:00:00 – Antônio Alexandre – Bom dia a todas e a todos! Vamos dá início à agenda da audiência. Conforme a programação que foi divulgada, é..., nós tivemos... As inscrições de pessoas que se interessaram em fazer exposições após a apresentação inicial. É... Já estão abertas as inscrições naquela mesa que está ali ao fundo para quem desejar fazer intervenções orais durante a audiência. Intervenções com o tempo de três minutos, *né?* *Pra* que a gente possa dá oportunidade *pra* que todos possam fazer seus comentários já que nós temos nas exposições iniciais a oportunidade de apresentações mais estruturadas com o tempo limitado a, no máximo, vinte minutos. Então, dando início aqui... Nós estamos com a mesa composta aqui pela Prefeitura da Cidade do Recife. É... Eu estou como titular da Secretária de Desenvolvimento e Planejamento Urbano. Eugênia está representando o núcleo de Meio Ambiente e Urbanismo da Secretária de Assuntos Jurídicos. A vereadora Isabella de Roldão aqui... É a vereadora presente, portanto, está representando aqui o poder legislativo municipal. É... E *pra* que a gente possa dá início, sem comprometer mais ainda o horário e o cronograma dessa audiência, nós vamos iniciar fazendo uma rápida exposição do material que foi divulgado *pra* discussão nessa audiência que trata de uma minuta de projeto de lei que cria, institui, um plano específico para o Cais José Estelita, o Cais de Santa Rita e o Cabanga. Evidentemente que nós precisamos antes de apresentar de forma panorâmica, evidentemente, aqui alguns critérios e parâmetros que foram utilizados para a proposição dessa matéria. É... Identificar esse território ou essa porção do território como fazendo parte de um território mais amplo à Ilha de Antônio Vaz conectada ao restante do tecido urbano da cidade do Recife. Evidentemente que nós estamos falando de uma faixa que está inserida nesse território daí a chamada Ilha de Antônio Vaz. É um território composto pelos bairros de Santo Antônio, São José, Ilha Joana Bezerra, Cabanga, Cais José Estelita e Cais de Santa Rita. É... É um território que tem como principal característica exatamente está... É... Ser uma ilha, portanto, está totalmente circundada por água, *né?* Conectada com o restante do território urbano por dezessete ligações de pontes, sendo quatorze rodoviárias e três ferroviárias, e se constituiu numa centralidade urbana e metropolitana como nós vamos ver a partir de uma rápida caracterização que será mostrada antes da caracterização da área específica que vamos tratar nessa minuta de projeto de lei. Bom! Evidentemente, que não se pode deixar de considerar que esse território ele constitui um espaço síntese da história do Recife. A própria trajetória da ocupação urbana na cidade começa lá no século dezessete com o Palácio de Maurício de Nassau e o primeiro mercado onde hoje se encontra a Praça da Independência ou Pracinha do Diário como outros conhecem. Passamos por uma outra configuração urbana bastante consolidada

que é o Pátio Barroco constituído pelo Pátio da Igreja São Pedro... O Pátio de São Pedro, o Pátio do Carmo. Depois seguindo aqui a trajetória da Dantas Barreto, a Praça Moderna da Praça Sérgio Loreto e toda sua configuração do seu entorno. E, finalmente, a possibilidade que se discute, a partir deste projeto de lei, dessa proposição de projeto de lei, de nós termos a continuidade dessa linha histórica no século vinte e um com a conexão, que hoje não existe, com o Cais José Estelita conectando essas duas frentes d'água até... Né? Desde o encontro do Rio Capibaribe com o Rio Beberibe e até a Bacia do Pina, que é o encontro de outros três rios também que fazem parte da bacia hidrográfica da cidade. Evidentemente que *pra* compreensão desse território da Ilha de Antônio Vaz diversos elementos podem e devem ser considerados. Aqui estão destacados alguns que são fundamentais para a definição das diretrizes que são propostas nessa minuta de projeto de lei. Considerações sobre a borda afinal de contas se trata de uma ilha; as frentes d'águas são fundamentais *pra* compreensão da tipologia e das características desse território; as conexões urbanas que permitem, evidentemente, a integração desse território com o restante do tecido urbano; as barreiras de conexão, uma característica importante nessa ilha; os espaços abertos, espaços livres e equipamentos públicos que permitem discutir a qualidade dos espaços públicos e apropriação dos espaços públicos pela população, é...; as ocupações de interesse social, outra característica relevante; as densidades urbanas no território que sofreram uma alteração bastante expressiva nas últimas décadas.; a demografia, alguns elementos demográficos; e os usos diversificados também uma outra característica importante desse território da cidade do Recife que está em análise. Bom! Evidentemente que ao tratarmos das bordas ou das frentes d'água da Ilha de Antônio Vaz temos que considerar que toda essa parte que está destacada aqui nesse mapa representam áreas que ainda precisam de um processo de consolidação e de apropriação pelo território mais bem estruturado como nós vamos ver daqui a pouco. Temos uma pequena parte da ilha que tem a sua borda já consolidada como tecido urbano e com impermeabilidade e integração com o restante do território. Todo o restante da ilha, dessas bordas, ainda tem problemas diversos de conectividade e de integração ao restante do território. Para nós pudermos aprofundar mais essa análise, evidentemente, que é feito todo um estudo das conexões urbanas que possibilitam a integração desse território da Ilha de Antônio Vaz com o restante do tecido urbano destacando, especialmente, as conexões de caráter mais estrutural, aquelas conexões aqui formadas por esse binário aqui da Ponte do Pina e da Ponte Paulo Guerra né? Encontrando aqui a Avenida Agamenon Magalhães, que é chamada a primeira perimetral da Região Metropolitana do Recife. Temos aqui também como esse projeto a

possibilidade de fazer uma conexão também dessa ligação com a Ponte Joaquim Cardoso permitindo a consolidação de uma semiperimetral que encontra aqui o bairro da Boa Vista e pode seguir até Santo Amaro constituindo uma alternativa a esse eixo estrutural aqui constituído pela primeira perimetral. Temos também, como já foi revelado, outro eixo importante formado aqui pela Avenida Dantas Barreto onde nós também temos a possibilidade de quebrar essa segregação existente hoje e permitir o encontro dessa importante via, desse importante eixo de ligação com a frente d'água aqui da Bacia do Pina. Temos as conexões formadas aqui pela Avenida Sul e Avenida Imperial, né? Que também permitem a conexão com a parte oeste do território da cidade e as conexões formadas por esse sistema, né? De transporte coletivo de alta capacidade que é o metrô nos seus ramais oeste e no seu ramal sul que tem também o seu eixo de ligação aqui, além da Estação Central que se encontra aqui também nesse território. Então existem hoje conexões estruturais urbanas que permitem a integração desse território com o restante do tecido e outras possibilidades que foram discutidas e estão sendo consideradas nesse trabalho como nós veremos daqui a pouco. Bom! Um outro elemento fundamental para a leitura e a caracterização desse território, evidentemente, diz respeito as barreiras urbanas que foram constituídas com o passar do tempo aqui nesse território. É... Entre outras questões, nós podemos destacar barreiras que são compostas, evidentemente, pelas linhas ferroviárias. Tanto a linha do metrô hoje existente como também o chamado pátio ferroviário que fazia a conexão ferroviária de alimentação das operações portuárias, né? Em que fazem com que algumas partes desse território estejam hoje segregadas ou impedindo um acesso por serem áreas que não são de uso público, né? Ou por não estarem permitido a conectividade como é o caso aqui do Cais José Estelita com o restante do território. Temos outras áreas também que, pela sua forma ou por serem áreas privadas ou pela consolidação, digamos, da ocupação urbana existente, elas impedem que essas frentes d'água estejam conectadas e integradas ao restante do território. Esses elementos de barreiras urbanas que existem no território são elementos que produzem uma leitura fundamental para as proposições que vem na legislação de uma parte desse território que é o que nós estamos tratando aqui com essa minuta de projeto de lei. Evidentemente, como já foi dito também, o mapeamento e atualização dos espaços abertos, dos espaços livres e dos equipamentos públicos existentes também mostram uma fragilidade desse território do que diz respeito a espaços públicos. Inclusive quando nós consideramos espaços públicos verdes disponíveis dentro desse território, nós temos praticamente aqui, na frente do Cabanga, ali naquela conexão das pontes com o sistema viário, aqui dentro da ilha e temos também uma parte aqui na

Praça Sérgio Loreto, que convenhamos, são fragmentos de pouca expressividade quando a gente considera a relevância e o tamanho do território e as formas de ocupação que existem nesse território. Então é outro elemento fundamental a ser considerado, a quantidade e a qualidade de espaços públicos nesse território, a fragilidade que precisa ser enfrentada e que essa minuta de projeto de lei já aponta para algumas opções e alternativas em relação a essa questão. Um outro elemento também fundamental *pra* caracterização desse território é a condição das ocupações de interesse social onde, inclusive, se encontram hoje concentradas a maior parte da população residente nesse território, especialmente, para um destaque especial aqui, ao polígono das ZEIS do Coque, *né?* Onde nós temos na Ilha de Joana Bezerra toda essa parte de ocupação e temos também fragmentos importantes de ocupação de interesse social, inclusive projetos, que nós veremos mais na frente, de habitações de interesse social e um mapeamento que a Prefeitura está realizando das possibilidades aqui *pra* gente poder consolidar áreas de melhor qualidade urbana no que diz respeito à habitação de interesse social. Evidentemente que os estudos de densidade demográfica mostram, *né?* As concentrações demográficas por setor censitário, *né?* É um dado que já é de conhecimento público. Esses dados são do Censo de 2010. Aqui nós temos a distribuição da população pelos bairros que constituem o território da Ilha de Antônio Vaz, claro, que com destaque *pra* Ilha de Joana Bezerra, onde existe a ZEIS Coque, uma presença também importante e expressiva no bairro de São José ainda de unidades habitacionais de população residente. Quando vemos a distribuição por faixa etária, evidentemente, que se destaca a concentração de uma população extremamente jovem, uma população muito concentrada nessa faixa de quinze a trinta anos e o maior desafio, evidentemente, vem dessa leitura da distribuição da população por faixa de renda em toda ilha. Nós podemos ver aqui que nos rendimentos de até meio salário mínimo *per capita* e até um salário mínimo *per capita* é que concentra a imensa maioria da população residente. Nós chegamos a ter aí, é..., setenta por cento da população nessa concentração de renda até um salário mínimo de renda *per capita*. No último Censo *pra* cá em que pese nós tínhamos tido uma redução da população residente total, mas tivemos uma ampliação dos domicílios particulares permanente, inclusive porque é um fenômeno que ocorre no país inteiro. Nós sabemos que existe gradativamente com a redução da quantidade de habitantes por domicílio, é..., isso explica muito nessa redistribuição que acontece não só nesse território, mas em toda a cidade, em todo país. Bom! Finalmente *pra* terminar essa caracterização do território da Ilha de Antônio Vaz onde *tá* inserido a área específica que nós vamos trabalhar. Nós vimos também no mapeamento dos equipamentos de educação

e saúde uma distribuição bastante desigual na oferta dos equipamentos. Alguns equipamentos concentrados onde existe uma maior concentração populacional. Equipamentos aqui na parte de Santo Antônio que são muitos equipamentos de natureza mais institucional, mas nós observamos que ainda existe, do ponto de vista de equipamentos públicos, uma fragilidade de oferta que precisa ser trabalhada para uma melhor distribuição nesse território, inclusive *pra* estimular a reocupação populacional, né? A reocupação em termo de moradia de boa parte desse território. E por fim, temos aqui também no mapeamento para a Ilha de Antônio Vaz uma outra característica fundamental *pra* compreensão desse território que são os usos diversificados na ilha. Nós temos áreas que foram consolidadas como áreas de como galpões industriais que hoje, basicamente, são utilizadas como depósito ou como opções de comércio. Muitas delas fragilizadas em áreas, equipamentos e edifícios já em estado de degradação. Temos, principalmente aqui na área de São José, diversas unidades, edificações que tradicionalmente utilizadas para habitação que hoje são utilizadas também muitas vezes de forma precária *pra* comércio e serviços que é uma característica determinante aqui o comércio popular nesse bairro. Temos áreas de forte peso institucional como é o caso aqui com a ocupação do Exército e da Compesa de áreas institucionais também consolidadas aqui na rede ferroviária e equipamentos institucionais, governamentais e educacionais também aqui nessa borda, nesse extremo da Ilha de Santo Antônio. São elementos importantes porque, a partir disso aqui, de toda essa leitura do território... Aqui é apenas um gráfico colocando a distribuição dos usos... Nós... Com a exemplificação, nós sabemos que os usos, é..., permitem uma diversidade, uma heterogeneidade e uma riqueza de tipologias e paisagens muito importante *pra* essa ilha tanto na forma de ocupação, comércio popular, é..., atividades religiosas, atividades de interesse social como a Orquestra Meninos do Coque, é..., a ocupações por área de lazer ou espaços públicos que também tem uma ocupação relevante em diversos momentos da vida da cidade, o comércio popular *distribuídos* nos diversos recantos da cidade, a oferta de linhas de ônibus e transporte coletivo e diversas tipologias no que diz respeito à oferta habitacional também nesse território. É... É importante também fazer a leitura desse território identificando e mapeando quais são as intervenções. Alguns empreendimentos que hoje servem como alguns vetores de redinamização desse território. Investimentos que passam, é..., desde a implantação do terminal integrado multimodal aqui Joana Bezerra, a consolidação e a reforma da Estação Central, toda a instalação de unidades educacionais aqui nessa parte da ilha, a reforma de diversos equipamentos institucionais, o projeto de universalização do saneamento que tem intervenções tanto aqui... Vindo da

Imbiribeira por parte da recuperação da estrutura de saneamento como a própria requalificação da unidade de saneamento, de tratamento de esgotos aqui do Cabanga. Temos aqui projetos como o Porto Novo, Projeto Novo Recife... Enfim, um conjunto de intervenções que hoje, é..., contribui e concorrem para reconfiguração dos usos e da ocupação do solo urbano. E finalmente chegamos a essa primeira parte da apresentação, é..., colocando um olhar mais amplo *pra* esse território que, em função de todas essas características, definem um macrozoneamento por predominância do tipo de intervenção que deve definir as diretrizes de intervenção do planejamento urbano *pra* esse território três grandes macrozonas. Evidentemente que em cada uma dessas macrozonas existem fragmentos de intervenção que combinam numa ou outra diretriz, uma ou outra vertente de intervenção urbana, mas, principalmente, nós temos nessa primeira área aqui esse território consolidado como área de habitação de interesse social, inclusive como uma zona especial de interesse social, se caracterizando como uma macrozona de predominância de consolidação urbana, *né?* Com projetos de qualidade urbana e de reurbanização desse território que permita melhorar a qualidade, digamos assim, da habitabilidade, *né?* E da oferta de equipamentos urbanos, de espaços públicos nesse território. Numa segunda área, que é essa área... Inclusive, vai ser, boa parte dela, objeto da minuta de projeto de lei e do estudo que nós estamos trazendo que é uma zona de renovação urbana, ou seja, uma zona já consolidada que apresenta também áreas de vazios urbanos com infraestrutura urbana consolidada e com possibilidades de renovação, *né?* E de recuperação das suas tipologias, *né?* Enfim... Permitindo a atração de empreendimentos, *né?* De investimentos privados na requalificação urbana de toda essa parte aqui central da ilha. E por fim, nessa macrozona três, uma zona de conservação caracterizada principalmente por esse polígono aqui que é o polígono da zona especial de preservação do patrimônio histórico e cultural, é..., daqui do bairro de Santo Antônio e parte do bairro de São José. Bom! Evidentemente que também é importante nesse trabalho deixar claro que algumas dessas áreas já estão sendo objeto de intervenção e de regulamentação. Essa área da ZEP ela já se encontra regulamentada, num é? A partir do zoneamento definido no Plano Diretor. Essa área aqui da ZEIS Coque está sendo objeto de um trabalho, inclusive, em reunião do Fórum local do PREZEIS *pra* o estabelecimento de um termo de referência *pra* contratação de projetos e planos urbanísticos para essa área. E essa área que será o objeto de estudo nosso composto aqui do Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga compondo também aqui a Bacia do Pina, conforme determina o Plano Diretor, também sendo objeto agora de uma regulamentação de um plano específico que é o objeto de discussão dessa

audiência pública. Então, a partir dessa leitura do território onde está inserido, existe esse recorte que está estabelecido no próprio Plano Diretor que define a necessidade de um plano específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga atendendo a alguns mandamentos do Plano Diretor, *né?* Que estabelecem, *né?* Além de alguns conceitos e princípios a definição de projetos especiais, *né?* Em área que podem ser objeto de intervenção que promovam sua requalificação urbana, sustentabilidade, inclusão socioespacial e dinamização econômica. No seu artigo cento e noventa e três indica diversas áreas com potencialidades paisagísticas, físico-estruturais, culturais e econômicas *pra* implantação desses projetos. No caso, em tela, essa área, Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga e as áreas destinadas a esses projetos deverão ser elaborados planos específicos. Bom! Enfim... Diante do zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor que distingue área de proteção ambiental, área de interesse social, áreas... É... Zonas de desenvolvimento econômico e áreas de proteção ambiental. Esse mapeamento aqui é o zoneamento que nós trouxemos do Plano Diretor *pra* fazer um olhar para esse território. Nós encontramos também e está descrito no projeto de lei alguns atributos que foram buscados para esse plano específico, principalmente, como já foi dito antes, buscar elementos que concorram para a valorização da relação entre a cidade e suas águas, as suas bordas d'água... Nós estamos falando de um território de ilha. A valorização da relação entre a cidade e o Porto e os elementos que induziram o próprio processo de ocupação principalmente da sua frente sul e a valorização da relação das pessoas e o lugar tanto considerando o patrimônio imaterial, a paisagem cultural, mas também a relação das pessoas com os espaços públicos que, como nós vimos, é uma fragilidade muito grande nesse território. Então, portanto, o projeto de lei cuja minuta está em discussão ele tem essa poligonal estabelecida aqui. Essa poligonal determinou a divisão desse território em questão em dez setores onde se buscam características e estimular formas específicas de ocupação urbana em função de suas características, mas sempre guiados e orientados por princípios urbanísticos que estão descritos no projeto de lei que servem de orientação para todo esse trabalho. Alguns princípios já fazem parte desse debate há algum tempo como, por exemplo, a reabilitação de estruturas existentes buscando o reforço, a sua identidade e a sustentabilidade observando princípios de conservação integrada; a compatibilidade de novas ocupações com morfologia e tecidos urbanos adjacentes valorizando a paisagem; a continuidade da malha viária na cidade considerando aqui, em especial, Dantas Barreto e as ligações com o bairro da Boa Vista garantindo uma maior integração desse território com o restante do tecido urbano e uma maior permeabilidade em todo o território da Ilha de Antônio Vaz; o escalonamento de

gabaritos considerando a variedade do perfil urbano da cidade histórica e da cidade contemporânea que se relacionam com esse território. Temos a parte histórica, a parte de maior conservação ambiental, a parte que está mais consolidada como paisagem contemporânea, inclusive integrada com áreas próximas da Ilha de Antônio Vaz; implantação de um sistema de espaços públicos, inclusive parques de borda conectados a malha urbana pré-existente. Esse é um princípio fundamental em função da caracterização do território. Implantação de uso ativo e diversificado na escala do pedestre ao longo de todas as quadras e faces de rua aumentando vitalidade urbana e oportunidades de desenvolvimento de um comércio e serviços em escala local, chamados comércios e serviços vicinais; a diversidade de usos públicos e privados que assegurem a utilização permanente da área em diferentes horas do dia visando incrementar a segurança urbana, presença das pessoas, é..., maior vitalidade urbana e todos os benefícios que isso traz para a cidade no seu conjunto. Então, o plano específico, ele, a partir das leituras das conexões existentes no território da Ilha da Antônio Vaz, ele desenvolve um detalhamento maior das principais conexões propostas nesse território. Tanto fortalecendo aquelas conexões estruturais que já foram trabalhadas - primeira perimetral, uma semiperimetral aqui ligando essas duas pontes, a conexão da Dantas Barreto, a requalificação dos grandes eixos viários aqui - como também uma maior integração, né? Dos territórios, dos vazios urbanos ainda existentes e possíveis de novas ocupações a integração abrindo possibilidades de conexão com toda a malha viária pré-existente aqui no território para que no curto e no médio prazo nós possamos garantir uma maior impermeabilidade e integração nos diversos modos de circulação dessa ilha privilegiando, evidentemente, os modos não motorizados, privilegiando quadras mais curtas, né? Permitindo giro de quadra, inclusive *pra* viabilizar o uso ativo que foi citado no princípio, é..., comentado anteriormente. Então, finalmente, esse plano específico, ele estabelece um zoneamento que nós vamos trazer aqui de forma mais consolidada, é..., em que se destacam as características nas dez zonas que foram trabalhadas... Algumas características nos dez setores que foram trabalhadas... Algumas características que nós procuramos agrupar aqui *pra* ficar melhor compreensão. A primeira, que trata dessas zonas aqui, são as zonas que tratam de parques públicos e frentes d'água. Frentes d'água, parques lineares, e..., e a conexão aqui com a Praça Sérgio Loreto. Na verdade, esse zoneamento, ele pretende determinar como áreas públicas, de parques públicos, nesse território toda essa configuração existente que ainda se conecta aqui com a possibilidade, né? Da praça do Forte das Cinco Pontas como também a revitalização dos equipamentos que aqui existem... Os armazéns que vão ter uma destinação cultural se

tornando aqui também uma grande explanada, *né?* Com intensivo uso de verde, mas no território em questão, toda essa parte destinada aqui como explanada do parque ferroviário, a frente d'água associada ao parque ferroviário, essa frente d'água aqui também como parque público e a requalificação dessa parte do Cabanga e a parte que está sob o viaduto Capitão Temudo transformando essa área em área de parque público. Isso aí significa quase trinta hectares de parques públicos a serem disponibilizados para um território que hoje só possui umas pequenas manchas de parques públicos com áreas verdes em toda essa Ilha de Antônio Vaz como foi mostrado antes. Quase trinta hectares de parques públicos vão surgir a partir da consolidação desse tipo de intervenção. Temos também essa zona cinco. A zona do Cais José Estelita, uma zona de requalificação urbana. Essa área é a área onde estão situadas os lotes de implantação do Projeto Novo Recife, onde se busca, nas suas diretrizes, um gabarito diversificado, *né?* Respeitando as morfologias existentes no entorno e novos usos e atividades com as diversas intervenções que foram feitas aqui no processo de redesenho do Projeto Novo Recife. Temos a reabilitação e incentivos a novos usos com a utilização dos armazéns que hoje estão conectados aqui próximo ao Forte das Cinco Pontas visando reabilitação desse patrimônio histórico, *né?* Considerando a sua baixa densidade, o alto percentual de solo natural também disponível aqui nessa região. São alguns dos princípios e diretrizes que trata esse projeto de lei. Num outro grupo, relacionado aqui ao Cais de Santa Rita, nós temos o projeto de reabilitação urbana que é o projeto Porto Novo que já começou aqui nessa outra parte da ilha do bairro do Recife. Atravessando aqui a Ponta Giratória, temos também as intervenções do Projeto Porto Novo promovendo requalificação urbana e também uma área aqui de reabilitação urbana e incentivo a novos usos visando privilegiar a visibilidade da Baía do Pina e do patrimônio, *né?* Alguns princípios foram considerados. Uma área de baixa e média densidade construtiva e de baixo gabarito exatamente para poder considerar esses princípios e essas diretrizes *pra* essa porção do território. Foi considerado essa conexão com essa chegada da Avenida Dantas Barreto.. Não se dá *pra* considerar essa integração com essa parte do território aqui da Praça Sérgio Loreto sem considerar essa chegada da Avenida Dantas Barreto *pra* permitir uma integração da paisagem, *né?* De chegada aqui na Avenida Dantas Barreto e permitindo aqui sua futura conexão aqui com a frente d'água. Foram, para isso, consideradas a escala existente já na Avenida Dantas Barreto... Respeitar essa escala. Edificações no alinhamento das edificações já existentes. Tudo com esse propósito de garantir essa continuidade e essa integração de paisagem aqui nessa parte da Dantas Barreto que se conecta com a Praça Sérgio Loreto. É... Finalmente temos outro zoneamento que *tá*

estabelecido no Plano Diretor que diz respeito à praça d'água. Evidentemente com proteção das visadas das bordas e valorização da paisagem existente nessa Bacia do Pina. E temos, num último grupo, *né?* Um conjunto de leituras voltada aqui *pra* preservação da morfologia urbana. Isso diz respeito àquela vila operária quem tem aqui no Cabanga, *né?* É... Área de requalificação destinada a projetos de interesse social, inclusive, porque já existe ocupação de interesse social já consolidada aqui nessa área. A implantação de equipamento social. Aqui que está prevista... Já... O projeto de execução da sede da Orquestra Cidadã Meninos do Coque. Uma área que hoje é de uso público. Uma área que é utilizada por um quartel do Exército para fins logísticos, mas que, evidentemente, por conta toda a conformação urbana no seu entorno, ela hoje já compromete muito essa função, esse uso logístico *pra* essa unidade do Exército e esse plano já aponta alguns elementos que possam permitir também um processo de requalificação urbana, inclusive incorporando novos usos numa área que vai ter conexão com novas centralidades urbanas aqui como Largo da Paz, Afogados que vão ser fortalecidas e com todo esse conjunto dessa centralidade urbana que está em requalificação. A implantação... Aqui a ... Restruturação e a recuperação da própria unidade da estação de tratamento de esgoto da Compesa. E tendo como características uma zona de diversidade social e de usos buscando-se preservação de morfologias com gabaritos baixos, remembramento mais restrito, manutenção de vias, reabilitação urbana com implantação de novos usos e atividades, o escalonamento de gabaritos que também foi buscado e outras partes do território e valorização do espaço público garantindo cinquenta e cinco por cento de áreas públicas e quarenta e cinco por cento de áreas privadas nesse território, ou seja, hoje a legislação vigente estabelece, em qualquer processo de parcelamento, sessenta e cinco por cento privado e trinta e cinco por cento público. Aqui nós conquistamos um outro tipo de relação para a ocupação desse território. Bom pessoal! Por fim, algumas observações de que os parâmetros urbanísticos, que estão estabelecidos no projeto de lei, que se encontra divulgado há algum tempo, reguladores da ocupação, eles visam estabelecer uma relação entre o território do plano específico, a Ilha de Antônio Vaz e a cidade do Recife dentro dessa leitura que rapidamente aqui foi apresentada da visão integrada essa área específica com o território da Ilha e com o tecido urbano mais ampliado. Os coeficientes de utilização do terreno por zona e setor buscam responder dois componentes do plano específico que é, evidentemente, induzir a requalificação de vazios urbanos e de áreas ocupadas por estruturas em desuso como ainda promover disponibilização de potencial construtivo capaz de atrair empreendimentos vocacionados *pra* o território planejado. Que sejam

atrativos aos empreendimentos, é..., privados. A distribuição dos coeficientes em utilização *obedecem* a aspectos pertinentes a se buscar o equilíbrio densidade construtiva e populacional no território considerado já que nós vimos o desequilíbrio hoje profundo nessa ocupação do ponto de vista populacional. Espacialização de acordo com as referência de vizinhança considerando aspectos históricos e ambientais e relações com os padrões urbanos adotados pela cidade no seu conjunto e a sua efetiva redução quando nós observamos o território por inteiro, ou seja, os coeficientes, o estudo de gabaritos, toda a definição de parâmetros urbanísticos buscou estabelecer uma relação mais equilibrada considerando o território no seu conjunto, inclusive privilegiando espaços públicos como já foi demonstrado na área do Cabanga - cinquenta e cinco público, quarenta e cinco por cento privado; na área do Novo Recife, sessenta e cinco por cento público, trinta e cinco por cento privado. E aqui um quadro que evidentemente não dá nem *pra* talvez ler com cuidado, mas que mostra um escalonamento dos gabaritos por cada setor em função das suas características. Esse quadro, ele vem mostrando que em função das centralidades, *né*? E das características de cada território foi buscado um escalonamento de gabaritos quem em todo território vai de zero, evidentemente, pras áreas destinadas a parques e áreas tombadas, até cento e trinta e sete metros na centralidade do Estelita que está mais próximo do Viaduto Capitão Temudo onde se encontra as possibilidades de verticalizações mais acentuadas. Bom! Evidentemente que nós não podemos deixar de fazer essa visão panorâmica sem ressaltar três aspectos que são fundamentais na regulamentação desse plano específico que diz respeito à implantação de edificações destacando a proibição de muros, grades e elementos construtivos ou elementos de vedação nos limites dos lotes em todas as zonas com obrigatoriedade de instalação de telhados verdes, reservatórios de acúmulo de águas de chuva, enfim. Incorporando elementos que o debate urbano, hoje, já impõe para cidade de uma maior permeabilidade, de uma maior apropriação desses espaços e dos lotes por espaços públicos ou espaços privados de uso público além de uma maior sustentabilidade no processo construtivo. Adoção de uso ativo no solo, *né*? No nível do térreo, componente essencial nesse plano específico contemplação especial para o pedestre e consequente vitalidade requerida pela oferta de áreas *pra* comércio e serviços em todas as edificações e em todas as zonas. Trata-se de uma centralidade urbana, como já foi dito, uma centralidade metropolitana conectada com áreas consolidadas onde, nesse projeto de lei, se busca estimular esse uso ativo no nível do solo e estimular a presença e a permanência das pessoas. Seja nessas áreas de uso ativo, seja nas áreas públicas, é..., ou áreas privadas de uso público. O estabelecimento de recursos fixos para

edificações lindeiras nas vias bem como implantação de ciclovias, calçadas amplas e confortáveis visando incorporar no território uma nova forma de ocupação e de apropriação dos espaços em benefício da qualidade ambiental. Também outro requisito do debate urbanístico hoje, bastante importante e relevante, de priorizar a escala do pedestre e a qualidade dos espaços urbanos principalmente no que diz respeito à qualidade ambiental. E finalmente... Evidentemente que nesse trabalho foram feitas diversas simulações e estudos e projeções que visam estabelecer o início de um desenho de um plano de massa para as possibilidades de ocupação desse território. Nós temos aqui um olhar a partir da região final ali do Pina, Brasília Teimosa... Olhando aqui *pra* Bacia do Pina com as ocupações possíveis, os desenhos possíveis aqui nesse processo de revitalização urbana. Temos aqui uma vista mais próxima olhando já do final de Brasília Teimosa e olhando para o molde já aqui chegando aqui, *né?* Um olhar também para a Bacia do Pina. Temos uma outra vista mais próximo já do bairro do Recife já que para o centro do molde, também pegando a Bacia do Pina, mas vendo algumas simulações de como pode se dá a volumetria e a forma de ocupação... Umas das possibilidades de ocupação dos lotes a partir do zoneamento e dos parâmetros estabelecidos. Temos aqui uma vista olhando para uma possibilidade... Evidentemente que isso daqui não é projeto arquitetônico. Isso é volumetria das possibilidades hoje com o projeto de lei existentes no projeto Porto Novo. Olhando aqui do Cais de Santa Rita. Temos aqui uma vista, *né?* Mas já *pra* dentro, próximo ao porto do Recife, é..., analisando aqui a integração desse Projeto Porto Novo com a morfologia hoje já consolidada, *né?* Aqui nessa área do Bairro de Santo Antônio. Temos uma outra vista que foi obtida a partir do olhar... Aqui nós temos a Ilha do Zeca, área da ZEIS Coque, da Ilha Joana Bezerra, olhando aqui para a Bacia do Pina. Também uma outra leitura, digamos assim, da morfologia, é..., possível resultante desse tipo de zoneamento e dos parâmetros definidos. E temos aqui uma outra leitura também da visão da paisagem integrando principalmente um adensamento da região aqui da Ilha do Leite. Olhando aqui *pra* a Bacia do Pina. Inclusive confirmando essa característica, *né?* Dessa ondulação, digamos assim, dessa... Uma característica da nossa paisagem que é uma paisagem bastante heterogenia e modulada do ponto de vista, é..., dos gabaritos hoje existentes nas áreas consolidadas. Bom! Essa é a apresentação, é..., que foi feita buscando fazer uma leitura do que está prevista no projeto de lei de uma forma, *né?* De uma apresentação, evidentemente, mas que nós acreditamos ser necessária *pra* fazer um voo panorâmico ou uma visão panorâmica de elementos, requisitos e leituras que permitiram a construção de uma proposta, de um projeto, que está sendo hoje discutido no âmbito do Conselho da Cidade.

É importante deixar claro que nós estamos discutindo ainda uma minuta de um projeto de lei para o Poder Executivo apresentar a Câmara dos Vereadores. Essa matéria ainda vai ser objeto de debate de discussão na Casa Legislativa e, só a partir daí, é que pode, após a sua aprovação, ser sancionada e virar lei. Então, nós ainda estamos numa fase em que esse projeto está sendo discutido no âmbito ainda do Poder Executivo, dentro de uma instância, que é o Conselho da Cidade, uma instância de debate, de discussão, de escuta, *né?* Dos diversos seguimentos da sociedade e que tem nessa audiência pública um dos momentos mais importantes. É... Essa audiência pública foi convocada e está acontecendo, observando o que reza a legislação que trata sobre as audiências públicas e nós esperamos que tenhamos uma manhã bastante produtiva e bastante enriquecida pelos olhares, as considerações, as sugestões, as críticas e as opiniões de todas as pessoas que se interessam pelo assunto. Muito obrigado! Nós vamos passar, agora, é..., a palavra para a primeira entidade/instituição que solicitou um tempo *pra* fazer uma exposição verbal. Quem já teve o cuidado de ver o projeto, a lei que regulamenta a realização de audiências públicas na cidade do Recife vê que existe a previsão para que haja inscrições para apresentações, para exposições com o tempo limitado a, no máximo, vinte minutos, de acordo com o tempo disponível, e intervenções orais a seguir a essas exposições com o tempo de três minutos que é um tempo que permite que as pessoas possam fazer seus comentários acerca de aspectos, é..., mais relevantes, que considerem mais relevantes. Então, a primeira instituição que está inscrita, que solicitou, pela ordem de inscrição, foi o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e essa exposição vai ser feita pelo presidente da... Desculpe-me! Montezuma, é você? Vai ser feita essa apresentação em nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo... Vai ser feita pelo presidente do CAU/Pernambuco, o professor Roberto Montezuma. Por favor, Montezuma. Pode chegar ao microfone...

00:45:34 – Roberto Montezuma – É... Bom dia a todos e a todas, *né?* É... Primeiro eu acho que é importante parabenizar a existência do Conselho da Cidade do Recife, o Concidades. Isso é um avanço. Não se poder pensar uma cidade onde sua população não tem voz. E parabenizar a Prefeitura da Cidade do Recife por andar nessa direção, da formulação desse conceito, e, por isso, nós estamos aqui. O CAU se reuniu com sua diretoria, de forma colegiada, estabeleceu alguns princípios de reflexão que a gente vai abrir aqui *pra* vocês. Bom! O nosso momento é histórico. Tivemos vários avanços da democratização do país das políticas econômicas e sociais. O país que temos hoje socialmente e economicamente não é um país de trinta anos atrás, mas, é... Permitindo

que jogássemos fora o bebê da bacia com água suja. O planejamento urbano foi desmontado. A tese que a colega, companheira, é..., da Secretaria de Mobilidade, Sandra, nos coloca, no dia cinco, com muita propriedade, no MDU da Universidade Federal de Pernambuco, é um grande alerta da nossa ferida maior. Planejamento do Recife: futuro do pretérito. Bom! O CAU é, por natureza, por isso que a o CAU *tá* a par nesse momento histórico... É por natureza, esse Conselho que veio nesse tumulto a se colocar. É uma lei... 12.378, de dezembro de 2008, que exatamente, diante desse caos, conseguimos sensibilizar o Presidente da República que o Brasil não podia mais parar. Esse discurso que o Brasil, de fato, não pode parar passa pelo planejamento urbano. O CAU é multidisciplinar; e orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da arquitetura, do urbanismo e da paisagem integrada é fundamento. Como integrar esses processos integrados e integradores multidisciplinar onde o profissional urbanista tem que ter a voz do debate técnico sobre isso. Ele tem que coordenar essa voz do debate técnico, então, não pode existir política municipal se não existir a política urbana. Isso é um debate fundamental. E para existir esse planejamento urbano temos que seguir três fases desse processo. É a base do planejamento urbano técnico. O diagnóstico, o plano urbanístico ou a proposta urbanística e a minuta de lei, que é o resultado disso. Nós temos, na nossa visão técnica, apenas o início de um diagnóstico e uma minuta de lei. Nós não temos um plano urbanístico. Ora, esse primeiro lugar das Américas que existia um plano urbanístico? Quatro séculos depois insiste em não ter um plano urbanístico. Como pode? Será que queremos isso? Será que o recifense quer? O recifense precisa, o pernambucano merece uma coisa dessa? A crise é nacional. O CAU é nacional. Com base nesses três conceitos, desculpe, não existe um plano urbanístico. Existe um diagnóstico em processo. Existe uma lei em formação. A não existência de um plano urbanístico permite que chegamos, mais uma vez, no fim antes desse começo. E a essência do urbanismo é colocar a discursão. Isso é o que? Qual o papel disso de fato? Do futuro que não pode ser pretérito. É uma ilha pras pessoas? É uma ilha *pros* carros? É uma ilha *pros bankers*? Ou é uma ilha-parque, por exemplo? É com base nesses princípios que base as prerrogativas ambientais. É com base nessas perguntas do que queremos, do que merecemos ser que abre as prerrogativas ambientais. Então, com base nas prerrogativas ambientais, as prerrogativas dos espaços construídos, do patrimônio construído, as prerrogativas das infraestruturas e as prerrogativas das estratégias de ocupação. Não temos ainda estratégias de ocupação. Se é uma ilha-parque o que vamos afastar das bordas? É suficiente zerar o recuo? Ou temos que tratar essas bordas que ainda nos restam com parque de acesso público? Que a Espanha verificou que essa foi a

salvação de Barcelona onde a frente d'água é movimento dos seus cidadãos. É a essência desses cidadãos. E só assim vão poder cruzar essas frentes d'água e ter de fato uma ilha porque estamos numa ilha sem saber que estamos em uma ilha. Isso é um problema muito sério. Isso só vem com o plano urbano. Então, parabenizar esse esforço todo, mas ainda falta um plano urbano. E, *pra* simplificar e finalizar. É o que a gente diz popularmente. É preciso essa maquete urbana física aqui, rápida, que vá mostrando esses afastamentos, que vá transformando essa ilha, que é um aglomerado de diversos tecidos, realmente numa coisa única, uma coisa que é, como nas palavras de Nassau, o lugar de todos os lugares, a grande conexão. Será que é possível isso? Então é preciso legislar a partir disso. Se a gente legislar sem isso, num é? A gente *tá* cometendo, mais uma vez, voltando ao princípio anterior, num é? Como todo esforço que a gente tem, mas estamos voltando, mais uma vez, a perder esse enorme patrimônio que não é só do Recife. Ele é nacional. Então, um apelo, é... Vamos trabalhar com essa síntese de todos os, é..., os sistemas que conformam essa ilha, possíveis ainda de ser salvos, *pra* estabelecer esse papel na cidade do Recife. E esse momento é o momento *pra* ouvir as contribuições. Vamos lutar rapidamente. O Conselho se coloca à disposição *pra* vê de que forma estratégica a gente pode encontrar um mecanismo de ter um plano específico articulado, esse plano maior da ilha, porque, de fato, continua a gente caindo, num é? Podemos cair nessa grande falha que nos coloca e que nos aponta e nos alerta. Há representantes nosso dentro da própria estrutura municipal. Não pudemos mais pensar esse território como um pretérito. Precisamos pensar esse território como o futuro. Vamos determinar um tempo, vamos juntar forças e fazer essa coisa que todos nós sabemos e podemos fazer. Transformar esse espaço em um grande espaço cidadão para todos e para todas. Muito obrigado.

00:54:33 – Antônio Alexandre – É... O próximo inscrito *pra* fazer a exposição... O grupo Direitos Urbanos solicitou também um tempo... É... Leonardo Cisneiros que vai fazer uso da palavra.

00:54:49 – Leonardo Cisneiros – É... Bom dia a todas e todos. É... Bom dia a mesa. Cumprimento à mesa, em nome da vereadora Isabella, que já mostrou preocupação sobre o patrimônio histórico aqui. É... E assim, eu queria fazer um pouco do resgate... Vou pegar um pouco do embalo que Roberto já falou e pegar um pouco do resgate do processo. Aqui... A gente precisa discutir um pouco do conteúdo do plano, sim, certo? Agora precisa resgatar o processo e entender bem como essa audiência se insere num

contexto de um processo que *tá* bem complicado já há muito tempo, certo? Ou seja, fazer um plano... Tem uma vitória parcial e aí eu quero parabenizar a todos nós do Movimento Ocupe Estelita, Direitos Urbanos, que reivindicávamos a feitura de um plano urbanístico, ou seja, a colocação do interesse privado subordinado ao interesse público, desde o começo da nossa luta em 2012, desde as reuniões do CDU, desde sempre, falávamos que tinha que ser feito um plano urbanístico como *tá* previsto numa lei municipal, a 16.550, e no Plano Diretor. Isso significaria a subordinação do interesse privado ao interesse público e a possibilidade de participação popular efetiva, mas um plano urbanístico é um instrumento, *né*? Eu queria deixar claro isso, ou seja, é um instrumento e como instrumento e é uma ferramenta. E uma ferramenta você pode usar uma faca *pra* cortar um pão ou *pra* matar alguém, então assim, você pode fazer muita coisa com a ferramenta. Nos dá a oportunidade de discutir, nos dá a oportunidade de ter algumas garantias legais mínimas, certo? Mas depende de nós apropriarmos dele e nos apropriarmos desse processo, ou seja, ele só garante um novo estágio, um novo palco de discussão, um novo palco de luta. Não acabou. Essa foi a reivindicação que a gente colocou *pro* prefeito, naquela reunião de 02 de julho, depois da ocupação da Prefeitura, que foi negada na hora, e agora a Prefeitura reconhecer que tinha razão. Que tinha que ter um plano, que o plano tinha que ir *pro* Conselho, que tinha que ser discutido em audiência, certo? E tinha que ir *pra* Câmara dos Vereadores *pra* virar uma lei, certo? Mas aí existem mil maneiras também de distorcer princípios republicanos. Você pode fazer um plano e esse plano está subordinado ao interesse privado. Não ao interesse geral como deveria está, certo? Ou seja, essa ferramenta pode ser distorcida de várias maneiras e fazer um certo resgate do processo ajuda a entender em que situação que nós estamos. Nós estamos numa cidade, é bom lembrar, que cujo plano principal, o Plano Diretor, *tá* entrando no sétimo ano, depois de sua promulgação sem regulamentação, sem efetivação. Daqui a pouco a gente vai chegar no prazo do Estatuto da Cidade... A gente vai... Inclusive, assim, do início do processo do Plano Diretor em 2015, num é? Faz... Completa dez anos que iniciou o processo de revisão do Plano Diretor. A gente *tá* chegando no prazo de revisão, pelo Estatuto da Cidade, sem o plano *tá* efetivado. E esse é o plano fundamental da cidade. A gente sabe como as coisas funcionam aqui. Então não adianta fazer um plano e o plano, realmente, não mostrar que visão de cidade nós queremos. Nós temos a oportunidade de ouro de fazer um planejamento de verdade, mostrar toda acumulação da discussão urbanística da cidade nos últimos anos, ter um *case* de sucesso agora que é um plano que coloque tudo que foi pensado, discutido, não só sobre o Novo Recife, sobre o Cais José Estelita, mas *pra* toda essa área, certo? A

gente não pode desperdiçar ele fazendo simplesmente uma peça meramente formal, uma discussão meramente formal cumprindo tabela, certo? E eu temo bastante que isso seja só cumprido tabela, certo? Por exemplo, a questão da própria participação nessa audiência pública, *né?* Uma Prefeitura que queira discutir com a população não marca uma audiência pública na cidade de Recife... A não ser que não acredite no seu próprio carnaval, mas não marca uma audiência pública na quinta-feira de cinzas, certo? No horário comercial, *né?* É... Assim... Num horário que a população está indo *pro* trabalho. Inclusive na Resolução do Conselho Nacional das Cidades sobre audiências *pro* Plano Diretor fala-se nisso. Tem que marcar em horários e em condições que a maioria da população interessada possa participar. Então não é nove horas da manhã no dia de semana, certo? Da quinta-feira de cinzas que isso impede a participação da população. Se realmente se quer discutir, é assim que se faz. E a gente lá no Conselho da Cidade... Amélia *tava* lá, Ângela *tava* lá, certo? E Roberto trouxe essa preocupação aqui também. A gente insistiu muito em cobrar um processo, certo? Que seria mais lento, mas não tem pressa aqui *pra* fazer um negócio que vai destruir a cidade. É um processo que é mais lento, mas que garante uma discussão de verdade. Um processo que garanta que a audiência, por exemplo, fosse focada no plano, no que que deseja *pra* cidade, na visão de cidade que a gente quer ter naquele território e não em cima da minuta de projeto de lei que é só uma peça jurídica extraída, vamos dizer assim, como resultado desse plano. Nós cobramos que fosse apresentado o plano, os estudos que levaram a esse plano, certo? A fundamentação *pra* justificar cada decisão daquele plano, certo? E que a audiência fosse feita em cima disso e não em cima de um projeto de lei que *tá* apresentado como dado, como acabado e no qual resta, talvez, só mexer uma coisa ou outra, certo? Mas não dá *pra* mexer uma coisa ou outra, vamos dizer assim. Um plano urbanístico é uma visão integrada da cidade. Você não pode fazer destaque, vamos dizer assim, de um artigo sem deixar o plano um Frankenstein. Você tem que pensar a cidade como um todo e, a partir daí, produzir o projeto de lei. Então, nós cobramos que houvesse uma reunião, uma formação de um GT, uma apresentação técnica desse plano *pro* Conselho, a partir daí, definisse os termos e o programa da audiência, o que iria falar, o que seria falado, certo? E a Prefeitura tratorou e passou essa proposta que faz uma tramitação rápida com uma reunião feita na quinta-feira, ou seja, pouco antes do carnaval, já com a cidade sendo montado o Galo da Madrugada e tudo mais, no Forte das Cinco Pontas... Imagine... E essa audiência hoje. Nessa reunião deveria ser apresentado, pelos técnicos, o plano para uma sabatina, *pra* uma discussão técnica, *pra* tirar dúvidas e perguntar quais foram as escolhas que aconteceram nesse processo, inclusive, porque

tem algo que é preciso ficar claro aqui *pra* todos. O secretário insiste em dizer que isso não é importante, mas é importante saber. Nós, conselheiros, recebemos três versões da minuta do plano, certo? Chegou uma primeira versão, logo em seguida, poucos minutos depois, um e-mail dizendo desconsidere aquela versão, vale essa e depois, alguns dias depois, remarcando a reunião, outra versão. Nessas versões, entre uma versão e a outra, saiu tudo que interessa à sociedade, à população e entrou tudo que interessa aos empreiteiros. Saiu uma lista de vinte imóveis de preservação que agora estão mapeados com um alvo na testa de cada um porque tão identificados. Os proprietários podem demolir, certo? Não existe proteção nenhuma, o prefeito não fez um decreto protegendo provisoriamente, nada, e eles tão lá mapeados, públicos, certo? E essa lista saiu do plano. Saiu também a ideia de uma cota de habitação de interesse social que foi algo que a gente insistiu bastante na audiência de junho e *tava* nas diretrizes da própria Prefeitura *pro* Consórcio, ou seja, que os grandes empreendimentos deveriam ter uma cota de habitação de interesse social, equivalente a dez por cento da área privativa, e isso saiu entre a primeira e a última versão do plano. A proposta de transformação de um assentamento informal ali na área perto do Coque, em uma ZEIS, uma zona de preservação de interesse social, também saiu. Entrou essa área para implantação de projetos de interesse social. O quê que significa? Significa que você pode, por exemplo, querer colocar uma UPA. Uma UPA é de interesse social, mas você vai remover as famílias que tão lá *pra* fazer isso. Então, você não tem a garantia que o interesse social seja da garantia da moradia. Isso saiu. Ao usar um termo que não existe na lei, área de projeto de interesse social, existe ZEIS, mas esse aí eles inventaram um termo que não existe. Ao fazer isso, tiraram a garantia da moradia. E entrou o que? Entrou um aumento do potencial construtivo na área do Cabanga que é uma área que já *tá* mapeada, que todo mundo pode ver aqui, que o plano não *tá* só validando o Novo Recife. *Tá* validando também um novo projeto, que ninguém sabe qual é o nome, que não *tá* protocolado, mas que já existe com certeza na área do Quartel do Cabanga, certo? E aumentou o potencial construtivo de dois para três. Dois já seria um bocado, certo? De acordo com a conta de área do Plano Diretor já seria um bocado. Aumentou para três que seria uma justificativa clara de por que fazer isso e, mais importante ainda, sem justificativa clara de se a área comporta essa quantidade de construção lá. Se a infraestrutura comporta. Eu vou chegar nessa parte. E, por fim, também entrou uma coisa fundamental: um botão de implosão de todo o processo. Entrou o artigo vinte e cinco que é um artigo que eu vou ler aqui por extenso. “Os projetos já aprovados poderão ser licenciados de acordo com a legislação vigente no ato de sua aprovação, podendo ser adequados à presente Lei mediante

requerimento do proprietário, inclusive através de pedido de alteração durante a obra", ou seja, ao proprietário cabe decidir se ele se adequa ou não ao plano que a cidade supostamente decidiu. E os interesses dos proprietários estão aqui, *né*? Fazem parte do processo, *né*? Eles poderiam falar aqui, manifestar e dentro de uma discussão republicana, democrática incluindo todo mundo, *né*? Negociar, mas não. Isso já *tá* negociado lá na Prefeitura e já chegou a minuta com um botão de imploração. Se o plano não for satisfatório *pra* eles, eles implodem o processo de negociação que vai ter demorado, no final das contas, um ano e vai ser todo mundo feito de palhaço aqui, inclusive o prefeito que garantiu que ele era a garantia da negociação. É... nessa última reunião nós tínhamos uma série de questionamentos técnicos, certo? Nem começamos, mas começamos uma série de questionamentos técnicos que não foram satisfatoriamente respondidos pela Prefeitura, certo? *Pra* ficar em alguns pontos, a questão ficou claro *pra* gente, para mim, para vários conselheiros, que não houve estudos suficientes, que não há uma base de planejamento suficiente. Há simplesmente uma tentativa açodada, apressada de validar o Projeto Novo Recife e esse projeto imobiliário no Cabanga. Por exemplo, estudo de mobilidade, *né*? Tem esse estudo de integração aí das vias e tudo mais. Isso não conta como estudo de mobilidade. Qual o grau de saturação das vias? Quantos carros passam por lá, certo? Como é que... Vamos dizer assim, quais são os... Qual a demanda, vamos dizer assim, que *tá* sendo prevista se todos esses empreendimentos forem implantados lá? Quantos carros serão atraídos *pra* região? Nada disso foi apresentado. E tudo isso é essencial *pra* saber, por exemplo, se a área aguenta mais, vamos dizer, setecentos mil metros quadrados de áreas construída, praticamente, certo? Precisa disso. Não tem como autorizar sem saber isso. Isso não foi apresentado. Eu fiz um questionamento sobre... Só *pra* citar um exemplo porque senão seria longa, seria repetir a reunião passada, que valeria a pena a gente assistir... A gente gravou depois a gente vai publicar. Valeria a pena assistir, inclusive passar vai em institutos de planejamento, em lugares que tenham planejamento urbano, seria um *monty python* e um planejamento urbano. O que tipo... Não tinha resposta *pra* nada. Foi, assim, deprimente. Mas *pra* ficar uma questão da mobilidade, eu perguntei *pra* Taciana que *tá* aqui, que no tempo vai falar, a questão da regra do estacionamento. Em qualquer lugar do mundo, hoje se fala que tem se colocar máximo de estacionamento. E em Belo Horizonte, por exemplo, se dá a cota de uma vaga de estacionamento e o resto entra na conta da área construída. O cara se quiser construir mais vagas de estacionamento ele perde a área do imóvel, vamos dizer assim. Ele paga *pra* isso. Em São Paulo mesma coisa. *Tá* pagando outorga onerosa, ou seja, *pra* construir mais áreas de estacionamento ele tem que pagar

pra isso. Em qualquer lugar. Maurício Quina *tá* aqui inclusive. É um especialista em mobilidade. Pode dizer. Fala-se que mobilidade passa por restringir o transporte individual, *né*? Podia estimular o transporte individual. Nesse plano existe mínimo de vaga, ou seja, é obrigado a construir vagas de estacionamento. É obrigado a ter lugar *pro* carro, certo? O plano estimula o uso do carro. E a resposta da Secretaria de Mobilidade foi: tem que fazer assim porque o transporte público da cidade é ruim. Então assim, como pode? Isso vai contra qualquer coisa... Certo? Assim, que se fala de mobilidade urbana hoje em dia. Então isso prova que não houve estudo. É... A Secretara de Infraestrutura, por exemplo, falou que depois do projeto apresentado ia ver se a infraestrutura cabia, certo? Que *pra* infraestrutura que tem lá... Que *pra* ocupação que tem lá a infraestrutura dá conta. A gente sabe, por exemplo, que a estação de tratamento de esgoto da Compesa, no Cabanga, *tá* dentre várias estações de esgoto que foram condenadas na justiça, certo? Porque a Compesa recebe o dinheiro do tratamento de esgoto e joga o esgoto no rio e não trata. E houve uma condenação da Compesa, incluindo a estação do Cabanga, por falta de tratamento, por incapacidade de tratar. E a Compesa dá um papel dizendo que *tá ok*, a Prefeitura aceita que *tá ok* e, na prática, a infraestrutura não comporta. Isso também não foi estudado, certo? A questão do parcelamento que o secretário mostrou... Tirou um *slide* aí. Foi bonitinho. Eu não devia ter contestado na reunião. Eu contestei na reunião passada e ele tirou o *slide*. Que ele fazia uma conta, assim, muito milagrosa, uma acrobacia matemática *pra* provar que aumentava a área pública e diminuía a densidade construtiva bruta, vamos dizer assim, é..., incluindo a área de solo natural dos terrenos na área pública. Na verdade o que ele fala aí que *pra* aumentar a área pública, *né*? Ele diz assim: a área pública vai aumentar e a área privada vai diminuir, ele precisava alterar a lei de parcelamento do solo que é onde definisse isso. É onde se define a cota de sessenta e cinco por cento de área privada e trinta e cinco por cento de área pública. Na minuta do projeto de lei não tem nada alterando isso. Nada. Não se fala em parcelamento do solo na minuta do projeto de lei. Então para satisfazer o que *tá* sendo dito aí, teria que fazer isso. É... O que ficou claro... Chegou-se ao final da reunião passada e ficou claro que não se tinham respondidos as perguntas que tinham sido levantadas. Várias perguntas não tinham como ser respondidas. Não tinham feito estudos e nós propusemos o adiamento dessa audiência e a continuação da reunião, certo? Hoje, *pra* continuar... Até *pra* dá o tempo de estudar, se fosse o caso. Ir *pra* casa, estudar um pouquinho e voltar com as respostas, certo? Isso foi negado. Se realmente se queria esclarecer as dúvidas. Realmente, queria dá uma resposta *pros* questionamentos técnicos da sociedade civil e das entidades técnicas, *né*? Tinha que ter sido feito isso,

mas a Prefeitura insistiu em fazer a audiência hoje. É... *Pra* agilizar um pouquinho, a questão também... Assim... *Pra* entrar também no conteúdo do plano, a gente enxerga vários descompassos entre as diretrizes e os princípios que são uma bela poesia jurídica urbanística, ou seja, é muito bonito vê o que está sendo falado lá, mas, na prática, nada disso repercute, certo? No plano. Por exemplo, se fala da relação da cidade e o porto, certo? Isso é lindo, mas *pra* falar disso você tem que falar da preservação do pátio ferroviário. Que o pátio ferroviário existe relação com o porto. Todo porto precisa de um pátio ferroviário *pra* ele ter o atracamento dos vagões e tudo mais. Então, na prática, você tem que ter isso e não tem no plano essa preservação. É... Fala-se de uma compreensão do território e se faz o diagnóstico da ilha toda... A gente fez aquela audiência de junho do ano passado falando da Ilha de Antônio Vaz toda. No final das contas, se faz o plano só *pro* filé. *Pra* borda d'água. Só *pra* parte que interessa *pro* mercado imobiliário. No macrozoneamento apresentado, a área do Cabanga, Estelita e Cais de Santa Rita *tá* junto com a área da Rua Imperial até o metrô e, é óbvio, que tem uma ligação funcional. É óbvio que uma se articula com a outra. É claro que você pode trabalhar as duas em conjunto, certo? Essa área, como o secretário mostrou, na Ilha, tem três leis que tão em vigor. Tem a lei da ZEP, que protege a área de Santo Antônio/São José; tem esse plano do Coque que *tá* sendo feito; tem esse plano da borda d'água, *né*? Que *tá* sendo feito agora, mas essa área aí é uma área de grande interesse para o mercado imobiliário, que já *tá* sendo vendida, que já *tá* sendo loteada, que permite uma verticalização forte e que *tá* sem nenhum planejamento *pra* ela, ou seja, é uma área que vai ficar a Deus dará. Quem quiser fazer ali, pode fazer, certo? Então assim, contradiz o diagnóstico do território, contradiz a área que o plano se adequa, *né*? Fala em conservação integrada e não traz nenhuma preocupação efetiva em preservar a paisagem cultural, preservar bens que tão no critério de monumentalidade clássico, do tombamento clássico. Por exemplo, os galpões do Estelita. Os galpões perto do Capitão Temudo. Eles já têm um significado histórico *pra* cidade. Já tem um significado cultural. Já foram apropriados pela população. São testemunhas também da evolução histórica da cidade. Não dá *pra* falar de conservação integrada e só preservar o que *tá* no perímetro do Iphan, certo? Isso é um conceito que contradiz a ideia de conservação integrada, certo? Fala em sustentabilidade e estimula o uso de automóvel como já falei a questão das vagas de garagem. Fala em promover a vitalidade urbana, mas limita o uso misto a vinte por cento das faixadas que não é nem um lado de um quadrado, certo? E omite completamente qualquer ocupação que com o efeito mais destruidor desse projeto. Que é o que? A gentrificação, a inflação dos terrenos, o potencial de expulsão da população de baixa renda daquele território. É

óbvio que setecentos mil metros quadrados de projeto de alto luxo, *pra* de alta renda, vai inflacionar os terrenos ao redor e isso vai tender a expulsar a população residente naquela área, e os usuários daquela área. Não existe preocupação sobre isso nem nas diretrizes, embora seja princípio do Plano Diretor, princípio do Estatuto da Cidade, e isso *tá* omissa até nas diretrizes, e a cota de habitação social que seria uma maneira de equilibrar isso, sumiu, certo? Por fim, só *pra* registrar algumas propostas, *pra* deixar registrado e dizer que isso é contribuição feita em audiência pública que tem que ser levada em conta, tem que ser transcrita em ata e ser respondida no final do processo de elaboração. Tem que entender que tudo que vocês *tão* falando, todos que vierem falar, isso daqui tem quem virar ata, isso aqui tem que ser considerado no relatório do Conselho, certo? E ser respondido. Então *pra* registrar algumas propostas, eu quero, assim, solicitar a apresentação dos estudos que dão embasamento ao plano com a metodologia, os dados brutos. Não adianta esse resultado final aí, certo? Sem entender... Se alguém fez algum PIBIC na vida sabe como funciona o método científico. Tem que saber qual foi a metodologia, quais foram os dados, *pra* você chegar nas conclusões, saber se elas condizem com os dados, certo? Aí só tem as conclusões, mas não sabe da onde veio. Então eu quero a metodologia e os dados brutos de planos de mobilidade, estudos de mobilidade, estudo de saturação viária, estudo de patrimônio histórico cultural e estudos de potencial de valorização fundiária, dentre vários outros que, no final das contas, constitui o estudo de impacto de vizinhança que também é aplicável a planos urbanísticos, diga-se de passagem. É... Eu sugiro ampliar a área do plano *pra* incluir a região da Rua Imperial até a margem do Capibaribe... Toda essa área que pode ser trabalhada. Incluir como diretriz a promoção de equilíbrio socioespacial evitando as gentrificações da área, isso é, a expulsão de famílias de baixa renda do território e, nesse sentido, incluir de volta e ampliar o instrumento da cota de solidariedade tornando obrigatória para qualquer empreendimento classificado como de impacto e não só para os loteamentos. É... E implementar a outorga onerosa. Outorga onerosa o seguinte: é o instrumento que permite o poder público cobrar pela verticalização, simplificando, ou seja, se você quer construir a bacia de um certo patamar você tem que pagar pelo... Você, de certa forma, custeia, certo? O investimento que você tem que fazer em infraestrutura. Do jeito que é feito em Recife, o cara pode construir até o máximo que a lei permite, sempre, certo? Sem dá nada de contrapartida e o custo de infraestrutura é do poder público, ou seja, lucro privado; custo público, certo? Então se você precisa investir, por exemplo, em corredor de ônibus, vamos dizer, *pra* poder resolver o problema viário é o poder público que vai fazer isso, ou seja, o privado cria o problema e o poder público que arca com a

solução. A outorga onerosa permite atrelar uma coisa a outra. *Tá!* Se você quer adensar mais do que um certo patamar você precisa pagar pelo custo que você vai causar a infraestrutura. Então instituir a outorga onerosa nisso aí... Inclusive, porque isso é um mecanismo para você negociar outras coisas como habitação de interesse social, vagas de garagem, a preservação de imóveis históricos e tudo mais. Então *pra* começar com algumas propostas seria isso que eu queria colocar e dizer que, na verdade, a gente precisa fazer as coisas com calma certo? Essa história de que a cidade não pode parar, que é uma frase que o secretário adora, não adianta nada se a cidade estiver rumando *pro* precipício. É melhor parar do que cair do precipício, *né?* Então é... A gente precisa dá um freio, discutir as coisas com calma. A gente tem uma chance de fazer agora um planejamento que pode ser um *case*, um exemplo, de como planejar a cidade, certo? E a gente não pode desperdiçar essa oportunidade. Tem que fazer com calma e seguindo um processo que permita uma discussão séria, é..., embasada e, realmente, democrática e participativa. Desse jeito assim não dá. É isso. *Brigado!*

01:14:46 – Antônio Alexandre – Obrigado Leonardo. É, por favor... As fichas de inscrição... Na ordem que foram... Tão vindo *pra* cá? Bom! Nós, evidentemente, flexibilizamos o horário que *tava* previsto antes pras inscrições porque nós começamos, é..., mais tarde *pra* ninguém se sentir prejudicado. Bom! Vamos dá início aqui... A primeira pessoa inscrita é Liana Cirne do Movimento Ocupe Estelita. Liana? *Tá* aí. É... Pessoal, a gente queria pedir... Alguém vai ficar avisando a pessoa que tiver falando o tempo? Era bom ficar perto porque, às vezes, a pessoa perde a noção do tempo...

01:16:55 – Liana Cirne – Bom dia a todas e todos! Vou apontar um aspecto formal que nós consideramos de extrema relevância em relação a essa audiência, é..., e que diz respeito aos viários que foram apresentados, as conexões urbanas e que estão previstas para passarem por cima da área operacional do Cais José Estelita que corresponde a um terço da área do Cais e que é de propriedade do DNIT. É... Nos espanta que o DNIT não esteja nessa audiência, não tenha sido ouvido, uma vez que o DNIT é o único órgão que tem competência para dizer se o que está previsto nesse plano, em relação as conexões urbanas, inclusive a uma semiperimetral, os arruamentos e etecetera que passam por cima das linhas férreas, se esse plano tem exequibilidade ou se o que foi apresentado aqui não passa, simplesmente, um simulacro. A Prefeitura do Recife não tem competência *pra* determinar complexo viário algum em área de pátio ferroviário e passando por cima de linhas férreas. Logo, o que foi apresentado aqui em relação a isso

é ou uma farsa ou uma enorme potencialidade de farsa. Não há possibilidade de o legislativo municipal legislar em relação a isso. A propriedade é do DNIT. O DNIT tem que ser consultado e não o foi. Na última audiência que tivemos no Ministério Público Federal, no dia 16 de novembro, o representante do DNIT deixou claro que tornar aquela área em não operacional, vale dizer, sem potencialidade de trânsito de trens porque hoje ela é sim operacional, tem potencialidade de trânsito de trens, em zona portuária é uma estupidez. Não se faz isso em nenhum lugar do mundo. Não se desfaz área operacional de pátio ferroviário em zona portuária em nenhum lugar do mundo e não se recomenda, portanto, já que Recife também está no mundo, que se faça aqui. É... Logo, em razão disso, nós do Movimento Ocupe Estelita, protocolamos um pedido de realização de nova audiência pública relativa à discussão do plano urbanístico da Ilha de Antônio Vaz com a presença do DNIT na mesa, necessariamente, já que, pasmem, até o momento o DNIT não foi jamais consultado. Aproveitamos para que nesse caso as observações antes levantadas pelo Leonardo Cisneiros sejam levadas em consideração e que essa nova audiência... Se pretende de fato discutir o plano urbanístico daquela área, que essa nova audiência seja realizada levando-se em consideração as observações levantadas antes. Que seja realizada em horário em que a sociedade civil possa, de fato, comparecer e se manifestar. É... Também gostaríamos de dizer que nós estamos levando... Estamos protocolando junto ao DNIT cópia desse nosso requerimento, que protocolamos junto a Prefeitura do Recife hoje, para que o DNIT possa se manifestar em relação a isso. Gostaríamos de antecipar a Prefeitura que, segundo presidenta do Iphan Nacional, a área operacional do pátio ferroviário das Cinco Pontas está na eminência de ser inscrita na memória ferroviária brasileira, de integrar a lista de patrimônio cultural ferroviário brasileiro, o que implica a impossibilidade absoluta de qualquer alteração das linhas férreas. Isso porque também se recomenda a ouvida do Iphan. E também gostaríamos de comunicar que na quinta-feira passada, o Movimento Ocupe Estelita levou diretamente ao secretário executivo do Ministério da Cultura um pedido de tombamento do pátio ferroviário das Cinco Pontas. Pedido que vem sendo apresentado também por outras pessoas da sociedade, pelos Direitos Urbanos e por outras iniciativas. Esse pedido do Ocupe Estelita, ele foi assinado por várias pessoas da sociedade civil, cineastas como Cléber Mendonça Filho, Cláudio Assis; músicos como Jorge du Peixe, do Nação Zumbi, Karina Buhr, Siba, professor Anísio Brasileiro. É... E esse pedido de tombamento foi muito bem acolhido uma vez que nós tivemos acesso a documentos que datam de 2004 *pra cá*, mostrando que o Iphan tem pareceres técnicos, informações técnicas, notas técnicas que atestam o valor cultural do pátio ferroviário das Cinco Pontas motivos pelos quais entendemos que a área

em questão, em breve, será tombada. Muito obrigada. Bom dia! Sim... Gostaria de acrescentar ao pedido de Leonardo Cisneiros a supressão do artigo vinte e cinco do projeto de lei uma vez que com esse artigo vinte e cinco o projeto de lei em nada quer dizer a mesma coisa. É isso.

01:22:55 – Antônio Alexandre – É.. O próximo inscrito é Sérgio Urt, do Movimento Ocupe Estelita.

01:23:09 – Sérgio Urt – Bom dia a todos! Bem-vindos a essa audiência esvaziada, programada para, realmente, ter pouca gente. É... Primeiramente apresento a vocês aqui o pedido do cancelamento dessa audiência que já foi protocolado ontem, foi enviado por e-mail a Prefeitura do Recife, pela ausência do DNIT na mesa e do Iphan. Eles são obrigatórios *tá* presente aí por toda razão que Liana já expos aqui. E foi muito claro na semana passada os motivos que aconteceram lá em Brasília. Estiveram lá, protocolamos o pedido de tombamento e o Iphan ficou espantado por não ter tido um tratamento adequado às linhas férreas aqui de Pernambuco. A linha férrea que liga Recife ao São Francisco. Ela *tá* esquecida e continua esquecida nessa PL. Antônio Alexandre, eu acho que é bom vocês se inteirarem e convidar o DNIT e o Iphan *pra* próxima audiência já que essa aqui, possivelmente, vai ser nula. Viemos para um teatro aqui. Fazer de conta. Eu vou começar minha fala... Hoje, de forma mais contida do que das vezes anteriores, até porque o tempo faz com que a gente se acalme um pouco. É... Vale lembrar que os atores, Prefeitura, Empreiteira, Moura Dubeux, se consagro com as leis que contemplam que ele se relaciona numa troca de financiamento que permite que entre eles hajam uma troca de favores. O famoso financiamento de campanhas eleitorais. Algo que a gente deve combater nesse próximo governo que a gente *tá* iniciando agora. É combater o financiamento das campanhas senão a gente vai continuar participando desse teatro aqui sempre. As campanhas tem que ser públicas, sempre. Nosso combate é nas prerrogativas ambientais e urbanas. A falta de estratégia, a falta do planejamento, a frente d'água deve ser sempre protegida como foi colocada aqui pelo Montezuma. É... Nós vivemos aqui numa área de entorno. Nós estamos numa ilha, onde é aqui a área do projeto Novo Recife. Ela não deve ser ocupada de maneira desordenada, apenas cumprindo o mandato das construtoras. Cento e quarenta e sete metros é um absurdo. Não existe. São quarenta e cinco andares. Cinco andares a mais do que a torre mais alto que tem lá, ou seja, vai ter torre mais alta sim naquela área. Isso daí já é um aviso. Então a gente já deve, desde imediato, cortar cinco andares aí pelo menos nesse plano que

vocês tão prevendo. Por outro lado, considerar o acaso e aceitar que o terreno que fora comprado através de um leilão, que ainda é contestado pelo Ministério Público Federal, que ocorre, hoje, uma ação criminal na 12ª Vara Federal, está de uma forma de pensar muito mecanicista e simplista. Isso porque houve muito empenho por parte do interessado para adquirir esta pérola no centro da cidade do Recife. Eu vou puxar mais um pouco de tempo. Você não deixou nem ler um parágrafo. É... No caso do Projeto Novo Recife nos retira algo que foi conquistado com muita luta. Aquela área ali é uma área histórica. É uma área que deve ser defendida e deve ser ocupada de forma pública. A visada natural da cidade ela vai ser roubada. Ela vai ser tirada das nossas vistas, dos turistas, da nossa história e do futuro que vem a acontecer. A dinâmica urbana hoje vive sua maior crise devido ao êxodo rural e como dependência dos chamados conjuntos urbanos e desenvolvimento das grandes cidades no chamado que aconteceu o milagre brasileiro. Os avanços também da economia mundial fez com que as pessoas se condensasse mais nas URBs. A cidade do Recife estacionou no quesito tempo. A cidade do Recife estacionou no quesito planejamento urbano. O que nos empurra formados segregadores e empurram mais ainda as populações carentes *pra* fora da região central de aonde eles vivem. O que é o caso do Coque, do Joana Bezerra, do Cabanga, Santo Amaro, Santo Antônio, São José e cadê a mobilidade dessas áreas? Cadê os estudos de impacto ambiental e estudos de impacto de vizinhança que até hoje não foi feito nesse empreendimento? Nosso questionamento porque não ter a participação do DNIT na mesa é também a parte do plano urbanístico da área do bairro de São José, que corta, pelo que eu percebi ali, tem duas vias que vão cortar as linhas férreas. Aquilo ali vai ser um viaduto ou um túnel? Mais um túnel? Porque o do Abolição *tá* fadado aí a *tá* alagado e até hoje não *tá* funcionando, *tá* atrasado, foi embargado, inclusive com pedido de proteção histórica ali ao Museu da Abolição. O Movimento Ocupe Estelita inovou na luta urbana através da comunicação no protagonismo de impor a voz e a participação popular no que deveria ser positiva apenas *pra* cumprir a lei do debate popular que nos temos aqui hoje. O Cais José Estelita deve ser protegido, a Vila Naval também, a Rua do Aurora, ou seja, a cidade do Recife toda deve ser protegida do ataque das empreiteiras. E a Prefeitura é culpada. É culpada pela omissão e é culpada pela forma de como *tá* conduzindo tudo isso. Poderia ter sido bem melhor, Antônio Alexandre, mas eu acho que com essa nossa relação, eu acho que você tende a acertar um pouco mais. Eu acho que a nossa luta não vai parar por aqui e pedimos, mais uma vez, a suspensão desse projeto. Assina Ministro, Iphan protege Estelita, Iphan tombe Estelita, Ocupe Estelita. Ocupar e resistir, sempre.

01:28:12 – Antônio Alexandre – É... Próximo inscrito, aliás, inscrita é Nadja Urt. É isso mesmo? Do Movimento Ocupe Estelita? Nadja Urt?

01:28:35 – Nadja Urt – Eu sou de um movimento do Grito dos Excluídos do Fórum Dom Hélder Câmara. Pertencço também a uma rede de educação cidadã, que ela é nacional, que historicamente foi, inclusive, criada pelo nosso presidente Lula junto com Frei Beto. E continuamos numa luta de cidadania. E eu quero vir aqui apenas confirmar todas as palavras que foram ditas durante esse momento porque, realmente, eles esgotaram minha palavra e eu espero que isso seja cumprida pelo bem da nossa cidade, pelo bem do nosso povo. E confirmar, mais uma vez, essa questão do relacionamento... A necessidade de uma reforma política, que a gente precisa, realmente, empenhar essa bandeira com muita firmeza porque o xis do problema, o nó, está, realmente, nessas coisas que acontece que são políticas e que precisam ser realmente dado um basta nisso aí. Vamos a luta, não é? Não nessa somente, mas nas causas... Isso que nós *tamos* vendo é uma grande consequência. Apenas isso.

01:30:15 – Antônio Alexandre – É. Próximo inscrito é Renê Guedes, do Coque. Da Comunidade do Coque.

01:30:31 – Renê Guedes – Bom dia a todos os presentes! Gente, eu tenho uma preocupação muito grande. Eu acho que inúmeros projetos dentro de uma cidade ele, sem sombra de dúvidas, ele tem que ser pensado primeiramente voltado para a linha de conscientização e entendimento da população e a contribuição maior da população, sem sombra de dúvidas, que ela é o usuário cotidiano de qualquer ação ou intervenção de ordem pública e coletiva, mas eu me preocupo... Às vezes, a gente se preocupa, se organizar tanto que a gente, às vezes, começa a politizar inúmeros ações, projetos e atividades dentro da cidade. Eu vou dá um exemplo bem claro, *né?* Eu não vi nenhum movimento da cidade do Recife de urbanismo, prioritariamente, discutindo, criticando a falta do DNIT, a nível nacional, a falta do Iphan, a nível nacional, a falta do governo federal, a nível federal, como instância maior, quando em todo país promoveu a maior distribuição para que fossem leiloados inúmeros terrenos importantes em todo o Brasil. Eu não vi, em nenhum dos debates, que eu participei em quase todos, só não participei naqueles que tentaram nos proibir, nós quanto comunitários, quanto representação comunitária, mas eu não vi nenhum debate ninguém criticando esses atores institucionais. Sabe por que gente? Por esse atores, Iphan, esses atores, DNIT, é tudo incorporado com

uma sigla partidária e que a maioria dos companheiros do que *tá* introjetado na luta pró e contra desse movimento do projeto Estelita estão atrelados. Então ninguém vem dizer eu não aceito. Dizer assim, não, eu gostaria de ter a participação do DNIT que, *pra* mim, o DNIT é uma vergonha na cidade do Recife. E muito mais com esse projeto porque, em nenhum momento... Onde *tava* o DNIT que não disse *pro* governo federal “olha Dilma!”, “olha seu pessoal”...? Que ninguém quer rotular partido xis porque é o meu partido, é porque é a minha convicção política, porque é o meu lado. Onde *tavam* vocês que quando vocês quiseram vender as áreas em todo Brasil? Ninguém chegou com esse assunto aqui. O Iphan... Onde é que estava o Iphan, a nível nacional, discutindo esses espaços? E outra coisa, pelo amor de Deus, querer trazer uma proposta do Iphan, querer trazer uma proposta de discussão de meio ambiente, querer trazer uma proposta de sustentabilidade e mobilidade, *né?* Em cima só unicamente de um projeto onde nós deveríamos está, como bem colocou um colega que passou por aqui, foi inicial... O colega do Conselho de Arquitetura. Que ele muito bem colocou onde o coração está no projeto, está onde nós possamos, verdadeiramente, criar e definir bem com regras bem claras o Plano Diretor. Então nesses vinte anos quem foi o movimento que você viu brigando ferreamente? As pessoas discutem... A colega passou seis minutos e o colega passou setor minutos. Só dois minutinhos. Só mais um minuto *pra* concluir. Então pessoal, nesse tempo todo, ninguém viu brigar tanto pelo Plano Diretor. Tão importante como bem citou o companheiro do Conselho de Arquitetura, do que pelo Projeto Novo Recife. E ninguém *tá* preocupado com os demais projetos não. Quando abre um arco maior *pra* Ilha Antônio de Vaz, ninguém *tá* preocupado com Ilha Antônio de Vaz não. A preocupação é brigar com empresários. Se é bom, se não é. Pode ser mil vezes, mas a briga *tá* pelo empresário. Pode-se discutir que ali não tem nada na área de meio ambiente. O projeto tenta colocar na área de meio ambiente... Desenvolver... E vamos discutir *pra* dá uma melhorada mesmo onde não *tá*. O governo nem os movimentos não tão preocupados na questão se isso vai ser vital, *pra* se a cidade... Levou, verdadeiramente, *pra* ser discutido com a cidade, se escutou a cidade não. As pessoas *tá* preocupado porque uma parte que os empresários vão tomar conta, que os empresários... Eu também concordo. Eu acho que tem que se discutir mesmo *pra* que o empresariado não possa tomar toda nossa cidade dessa forma. Agora, por que essa mesma briga não *tá* no Plano Diretor? Porque os mesmo movimentos não respeitaram o Conselho de Desenvolvimento Urbano, que tanto falam, que não tinha valor nenhum. Vai ter valor agora que tão começando a falar no Conselho de Desenvolvimento Urbano. Porque também era desmoralizado, era hostilizado pela maioria desses camaradas que chegam dizendo agora que o projeto não

presta, que Estelita não presta, que vai destruir. Aí agora tão usando o Conselho de Desenvolvimento Urbano, tão chamando o Conselho de Arquitetura, mas antes não tinha. Era tudo desprestigiado. Porque a briga é política. Porque é o partido xis que *tá* no governo federal. É o partido A que *tá* no governo municipal. É o partido B que domina o governo estadual, mas vamos discutir porque o fundamento, o xis da questão, está no Plano Diretor. Agora vamos fazer essa revolução. Vamos convidar toda a sociedade, os movimentos, *pra* fazer essa revolução. Que nós estamos prestes, mas ninguém chama porque não tem interesse, não dá visibilidade discutir o Plano Diretor da cidade. Porque ninguém quer discutir as favelas do Coque, ninguém quer discutir favela do Ibura, ninguém quer discutir as questões do morro, da miserabilidade. Não dá ibope. A imprensa não vai em cima. Agora, projeto de rico vai. Se botar dez projetos que tiver rico no meio aí tudo mundo entra *pra* pegar o holofote, *pra* pegar imprensa.

01:36:02 – Antônio Alexandre – Conclua, por favor!

01:36:03 – Renê Guedes – E outra coisa, *pra* finalizar. Não esquecendo que no início do governo de João Paulo, a maioria desse movimento *tiveram* um projeto que foi aprovado para aquela área ali, mas por que o projeto não entrou? Porque o governo federal só dá o terreno... Tem uma lei que obriga o governo federal só ceder o terreno se o governo municipal tiver recurso. Como o governo não tinha, o projeto saiu até no Jornal do Commercio. *Pra* aquela área ali do Estelita. Todo mundo ficou calado, por quê? Porque era tudo do governo, do meu partido... Tudo do governo que está alinhado comigo, então, não houve discussão. Não tinha nada de moradia pras comunidades carentes... E eu *tô* com Leonardo. Leonardo, a gente *vamos* continuar na guerra porque é um dos acordo que nós *tamos* com o pessoal, Leonardo, é justamente essas habitações *pra* que a gente possa desenvolver os projetos que *tá* nas áreas ZEIS do Coque, dos Coelhos e do Pina. Então, aonde *tá* precisando de fazer intervenções e que precisa de moradia, nós queremos assegurar. E esse é uma das lutas...

01:37:00 – Antônio Alexandre – Conclua, por favor, Renê.

01:37:01 – Renê Guedes – ...*Tá* certo? E agradecer o pessoal da Prefeitura. Agradecer a todos os presentes. Eu acho que o embate é dessa forma mesmo. Cada um colocando as suas ideias, discutindo. Agora, a gente tem que deixar de politizar qualquer ação, qualquer atividade dentro do meio público, dentro do poder público, ou seja, também fora

do poder público, mas dentro da coletividade. Sem essa questão de bandeira. Que a gente sente mesmo que, às vezes, nós nos colocamos...

01:37:26 – Antônio Alexandre – Conclua, por favor, Renê.

01:37:27 – Renê Guedes – ... Nós somos soldado político do que um soldado ativo da sociedade. Obrigado e um bom dia.

01:37:33– Antônio Alexandre – Bom! Olha pessoal! Fazer só mais uma vez um pedido... Eu sei que... Vocês podem vê que a gente tem todo a flexibilidade *pra* esperar a conclusão de um raciocínio. Ninguém *tá* querendo cortar o raciocínio de ninguém, mas agente queria pedir, encarecidamente, até *pra* dá oportunidade *pra* todas as pessoas inscritas de que a gente pudesse respeitar o tempo. Quando a pessoa avisa que *tá* perto dos três minutos, a gente procurar concluir, *né*? Aquele raciocínio. Realmente, em três minutos não dá *pra* falar tudo. A pessoa tem que focar em um, dois pontos ou três pontos, no máximo, que ache de maior relevância *pro* momento. O próximo inscrito é Adriano Melo. Se identificou aqui como morador do Cabanga. Adriano Melo. Ah! *Tá* chegando...

01:38:23 – Adriano Melo – Alô! Bom dia a todos e a todas. É... Eu gostaria de... Meu nome é Adriano Melo, *né*? Sou morador do Cabanga e gostaria de externar aqui alguns pontos que eu achei faliu em relação aí a questão da minuta. Em relação... O projeto fala em relação a questões de barreiras e aí eu me deparo sempre, como morador do Cabanga, com barreiras. Se eu vou *pro* Pina, *pra* praia, tem barreira. Se eu vou *pro* Shopping RioMar, o tão falada ponte estaiada, eu não consigo chegar lá no shopping a pé *né*? Eu vou voando? Como é que eu vou? *Né*? Então, barreira... Quando eu venho do trabalho, que eu desço em frente ao late, que eu tenho que atravessar cinco faixas. Eles tiraram o canteiro ali e agora tão cinco faixas que o trabalhador tem que ou dá a volta na cidade, no ônibus, fazer o retorno *pra* descer ali em frente à Compesa. Se descer no late ali, corre o risco de ser assaltado ou então ser atropelado. Então, o governo vem falar em relação a barreiras? Que barreiras são essas? Que no projeto vem dizendo ali que é lindo e maravilhoso, *né*? Que vai tirar as barreiras, vai melhorar ali a vida da população ali do Cabanga. Eu não vejo... E os alagamentos ali no bairro? Quando chove, ali só precisando de uma balsa *pra* sair de casa *pra* ir trabalhar. Se você vem... Corre ali pela Imperial você pega engarrafamento. Barreira? Cadê o governo? Preocupado mais em prédios, em especulação imobiliária, *né*? Então, o que eu vejo ainda é que ele fala no direito de

relação à barreira, barreira em relação ao lazer. As pessoas que vem do Coque, que quem do Pina e do próprio Cabanga *pra* jogar bola ali debaixo do Viaduto Capitão Temudo ainda hoje persiste vários entulhos ali de baixo do Viaduto do Capitão Temudo. Então vem um projeto lindo desse falar sobre... Vai retirar essas barreiras *pra* melhorar a vida da população? Aí eu não acredito. Como eu posso acreditar em tantas barreiras que eu fico ilhado? Realmente, eu moro numa ilha. Ainda vem essas barreiras arquitetônicas. Falta de um projeto, *né*? Eficiente da atual gestão *pra* me facilitar a vida. Em relação à área verde, eu não encontrei ali no desenho a relação ali que tem um pequeno mangue na lateral ali do late Clube que, aos poucos, o late vai comendo, *né*? E a população não percebe isso. Então, vai murando o aquela parte ali, todinha, chegando ali o Cais José Estelita, como se ele quisesse murar, e o pessoal de Brasília Teimosa não deixou, quando eles quiseram murar ali o Buraco da Velha *pra* eles. Eu senti falta em relação, como os colegas já falaram, sobre o impacto ambiental, *né*? Em relação ao Quartel, ele não serve só para *tá* abandonado nem serve só *pra* depósito de suprimento. Ele serve... Tem projetos sociais que funciona lá. Que serve para a comunidade. Tem o projeto Bandeirantes, tem a Academia da Cidade. Nós temos também um posto de saúde que também é lá dentro. Então a gente precisa, primeiro, fazer uma pesquisa na comunidade *pra* depois aprofundar melhor isso daí porque isso aí *tá* muito superficial, certo? Pronto! Eu acredito que é isso. Eu agradeço a todos.

01:42:14 – Participante não identificada – Alexandre Pacheco do CENDHEC.

01:42:17 – Alexandre Pacheco – Senhor secretário, a gente achou essencial sua presença por isso esperamos o senhor...

01:42:12 – Antônio Alexandre – Tá... Muito obrigado. Eu senti a necessidade de ir no banheiro porque tomei muita água. Desculpem! Infelizmente isso é necessário, de vez em quando, mas, por favor, prossiga sua intervenção.

01:42:33 – Alexandre Pacheco – Ok! Meu nome é Alexandre Pacheco. Sou advogado do CENDHEC, Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social. A gente compõe o Conselho Nacional das Cidades, o Conselho Municipal e o Conselho Estadual, ou seja, a bronca *pra* gente é grande. Muita coisa *pra* acompanhar, mas eu esperei também, secretário, que eu queria dizer que... Eu queria fazer um elogio. Um elogio é dizer que o senhor tem coragem e isso tem que ser admitido. É preciso ter coragem para apresentar

esse projeto do jeito que ele *tá*. Essa minuta do jeito que ela *tá*. E precisa ter coragem, primeiro, porque o senhor já foi indagado sobre isso. O senhor não é o responsável técnico. Não é o técnico que assina esse projeto. E, tanto no Conselho das Cidades como aqui, a gente não consegue visualizar essa pessoa porque tinham alguns questionamentos seríssimos a serem feitos. Dentre eles, quem é que vai depositar esse projeto no CAU? Porque tem que ser um arquiteto. E precisa ter coragem *pra* apresentar esse projeto porque construiu-se uma proposta que ela tem duas coisas interessantes. Primeiro, ela nem representa uma boa proposta técnica. Ela não é uma boa proposta técnica. Ela foi mutilada, vamos dizer assim, algumas propostas apareceram. Essa, pelo menos, é a terceira versão que a Prefeitura apresenta. Ela não apresenta mais plano de massa porque continha. A previsão de se fazer um plano de massa, vê qual era a capacidade que a área pode suportar ou não, *né*? Foi retirado. A própria previsão de áreas de interesse social foi completamente retirada. Inclusive, tem um... Na minuta que *tá* agora, ela esqueceram de tirar uma coisa lá de área de interesse social porque tiraram tudo e lá no quadro ficou, acho que esqueceram, então é bom revisar novamente, e retirar já que é *pra* retirar tudo. Não tem um estudo, como já foi apontado aqui. Uma das coisas que mais se falou no Conselho é a importância... Ao invés de se discutir o projeto de lei era discutir o projeto que gera ele. O que aí, inclusive, é de mais fácil como é que se chega a determinadas conclusões e ela não representa o interesse o público. Não representa. O direito urbanístico ele é a capacidade ou é a área legal onde o interesse privado e o interesse público, em alguma medida, eles são equilibrados. E me parece, o interesse público social não *tá* ali contido. Você aumenta os gabaritos. É um plano específico que deve ser derivado do Plano Diretor, entretanto, ele ataca o Plano Diretor. Enquanto o Plano Diretor diz oh! Essa área aqui precisa ser um plano específico. Não é porque dele vai escapar completamente. Vai fazer isso porque ele precisa de um olhar cuidadoso e não aumentar gabarito, por exemplo. E... É lamentável a apresentação pública numa cidade como Recife que transpira, respira carnaval durante um mês, mas, exatamente, no dia seguinte ao carnaval, *né*? Numa quinta-feira de cinzas, onde sabidamente ela seria esvaziada... Assim, não nós... É lamentável que a gente perceba uma certa falta de boa fé. Inclusive porque já *houveram* uma série de outros pedidos de nulidade e nova audiência. Então só *pra* registrar propostas concretas, *pra* que essa minuta também é uma minuta natimorta, *né*? Ela prevê... Tanto que o loteamento que já foi aprovado ela pode ser adequada porque a primeira minuta não trazia isso. Um projeto de lei que vem... O empreendedor tem que se adaptar e ela não se adapta mais. É ao bel-prazer do loteador. E os projetos urbanos, ou seja, tanto os loteamentos quanto os

projetos que já tão aprovados também vão fazer se quiserem. Então assim, são dois artigos que acabam com qualquer tipo de pensar a área urbanisticamente, ou seja, já deixa um rombo desse tamanho *pra* que qualquer empreendimento passe por ali. Então, já que é proposta, a nulidade dessa audiência porque a gente pode mobilizar muito mais gente na cidade do Recife *pra tá* discutindo isso. E a retirada do artigo vinte e cinco que prever essa abominação. E a alteração da redação do artigo seis para o original que dizia: os loteamentos, que foram aprovados e não implementados, têm que ser adaptados ao projeto de lei quando sair. É isso. *Brigado!*

01:47:01 – Antônio Alexandre – O próximo inscrito é Lucas Lobato da Fundaj e da UPE. Lucas...

01:47:21 – Lucas Lobato – É... Bom dia! Meu nome é Lucas. Sou professor de geografia e ainda faço um estágio na Fundação Joaquim Nabuco. É... Eu observando nessa apresentação, teve um ponto que me deixou muito intrigado porque se fala aqui da valorização do território, das potencialidades paisagísticas, físico-culturais e econômicas, porém prever prédios de centro e trinta e dois metros de altura, noventa metros, quando menos, sessenta metros, ou seja, dez metros e isso não corresponde com o que a gente observa da vista do Cais José de Estelita, *né?* São aqueles galpões de dois andares, *né?* E uma bela vista panorâmica que tende a ser totalmente descaracterizada com esses altos gabaritos. E muito interessante que na apresentação, o *slide* que mostra, *né?* A quantidade de pavimentos, de gabaritos, ele fica... Eu acho que... Pelo menos, a pessoa da primeira fileira *pra* traz não consegue vê com detalhes, *né?* Mas deve ser uma coincidência também. É... As frentes d'águas também elas são de um valor muito grande por isso esses imóveis que serão construídos eles devem ter um grande valor, *né?* Vamos tratar aí que pessoas que vão poder comprar esses imóveis são milionários. Então me pergunto: qual é a demanda de milionários sem imóveis em Recife *pra* se ter a necessidade de construir tantos prédios, *né?* Será que não poderiam ser casas populares mesmo ou outros tipos de imóveis? E da onde que surgiram essas alturas...? Cento e trinta e dois metros, noventa metros, cento e vinte metros... Dá onde que tirou isso? Dá onde que esses números surgiram? Será de algum outro projeto, *né?* Que já foi aprovado e que... Inclusive, eu vou aproveitar *pra* pedir o cancelamento desse artigo vinte e cinco e o cancelamento dessa audiência pública que virou uma palhaçada mesmo, mas o ponto circunstancial que eu quero saber era referente aos gabaritos desses imóveis. Talvez, na próxima audiência, no Conselho, eu tenha essa resposta. E quando se falam das pessoas

e lugares, *né?* Da presença e permanência desse patrimônio imaterial, que foi muito bem colocado, mas de uma forma não praticada porque os dois imóveis que a gente vê que são similares aos que pretende desconstruir no Estelita, as torres gêmeas, elas não possibilitam ali um diálogo com as pessoas que transitam ali por baixo, com as pessoas que residem, e a presença de pessoas de baixa renda ali na frente, realmente, ela é constante, *né?* São os flagelados que vivem ali pedindo esmolas, pedindo um pratinho de comida, enquanto aquele prédio que vai integrar a população com o lugar, isso é uma falácia. Isso não existe. É... Eu vi com o tom muito pejorativo, no final, essas ondulações das áreas consolidadas. Quando se observa Recife, *né?* Boa Viagem... Quanto tempo? Certo! Eu tô finalizando. Então, vou repetir *pra* gente não perder o termo que foi usado pelo secretário, *né?* As ondulações das áreas consolidadas, ou seja, os prédios. O Estelita ele também é consolidado e ele não possui prédios. Então, que deixemos os prédios que existem lá, já existentes, quietos do jeito que eles estão, e os locais onde não tem esses prédios, que a gente possa pensar de uma forma a, realmente, integrar. E por falar em ambiente, *né?* Que um colega comentou muito do ambiente. É... Foi falado também no conforto ambiental. Conforto ambiental com prédio é só *pra* quem tá nos mais altos gabaritos também. Quem tá nos últimos andares pode abrir as janelas e ventilar. Apesar de todo mundo ter ar condicionado. Agora *pra* quem vive no bairro de São José, *né?* *Pra* quem vai frequentar ali aquela rua, o prédio não vai trazer nenhum conforto ambiental e eu aposto que tanto vocês aí da mesa quanto qualquer outra pessoa aqui pode confirmar que um prédio, quem está na frente do prédio, atrás de um prédio, ainda mais onde vai ter um barlavento, ele não vai ter um conforto ambiental e sim quem está dentro dele, num é? Aí quem são os milionários que precisam dessa demanda, *né?* De apartamentos. É... Bom! Eu vou querer falar na próxima porque essa aqui eu acho que não tem validade, *né?* Quinta-feira de carnaval. Eu queria que entrasse até um bloquinho aqui, uma marchinha, *pra* gente poder finalizar o sábado de cinzas.

01:52:21 – Antônio Alexandre – Próximo inscrito é Oton Paiva do Movimento Ocupe Estelita.

01:42:45 – Oton Paiva – Bom dia a todas! É... Eu acho que não tem muito o quê se falar depois de todas essas falas brilhantes que aconteceram aqui. É... A única proposta que eu tenho, *né?* Já que essa audiência é nula, *né?* Por ter sido numa quinta-feira de carnaval, é que a próxima ela possa acontecer e que ela possa ser pintada de povo.

Então, a minha proposta é que a próxima audiência aconteça ou no bairro do Coque ou no bairro do Cabanga. Só isso, é..., secretário.

01:53:23 – Antônio Alexandre – É... Próximo inscrito é Paulo André de Araújo da OLMP e MNLM. Da Organização de Luta pela Moradia Popular, num é isso, Paulo?

01:53:50 – Paulo André de Araújo – Bom dia a todos e a todas. Eu pertenço a um movimento que luta por moradia no estado de Pernambuco chamado OLMP, Organização e Luta do Movimentos Populares de Pernambuco. É... *Pra* nós, é extremamente angustiante falar sobre essa área do Cais José Estelita, particularmente, a gente que milita pela moradia digna. Esse espaço foi uma perda de uma grande oportunidade da gente acabar com as favelas do centro da cidade do Recife. A gente que tem trabalho, luta no Coque, nos Coelhos, em Santo Amaro, que vive dentro da lama, que vive dentro do esgoto, resgatando essas pessoas *pra* que elas possam ter uma moradia melhor. Lamentavelmente, o mercado imobiliário, os interesses financeiros fizeram com que essa área fosse vendida a preço de banana podre e que isso não fosse, inclusive, tão divulgado *pra* população. Que eu tenho certeza que a população do Coque, de Santo Amaro, dos Coelhos, não sabia do destino dessa área. O que a gente precisa pautar nessa cidade, nobre secretário... Nós sabemos que o erro dessa negociação desse espaço se deu ao longo de mais de dez anos, na gestão anterior, mas é preciso também que a gestão atual mostre para o que veio em relação à educação porque uma gestão que já mudou quase cinco secretários não está tratando com respeito como merece a habitação nesse estado. É preciso... E aí eu pergunto: onde é que está a parte social *pra* interesse dessas famílias dessa região nesse projeto? Aonde a gente vai construir uma casa popular nessa área que é *pra* empreendimento, amigos? Não é *pra* gente de Pernambuco nem gente do Brasil não. Isso é *pra* pessoas da Europa. Pessoas que têm muito dinheiro e vem *pra* cá apenas *pra* usar isso aqui como ponto turístico. E a parte social? Então, de fato, essa audiência ela teria um outro viés. Está de parabéns aqueles que trouxeram os argumentos, aqui, técnicos, mas *pra* gente, que constrói essa cidade no seu dia a dia, que tem uma cidade... O último levantamento, de 2000, *apontavam* mais de duzentas mil famílias em situação precária só nessa cidade. Tanto na questão da quantidade como na qualidade de habitação. E o que mudou? Nada. Então é preciso que, de fato, seja revisto, *né?* Parabéns àqueles que estão resistindo e nós manteremos a nossa luta. Não permitiremos que isso se estenda *pra* Santo Amaro e tantas outras área... Ampliando a expulsão branca que a gente vê acontecendo no Coque e que esse

empreendimento vai gerar ainda mais expulsão branca daqueles que, de fato, ajudaram a construir essa cidade. Muito obrigado!

01:57:18 – Antônio Alexandre – O próximo inscrito é Daniel Veras da Universidade Federal do Pernambuco.

01:57:36 – Daniel Veras – Bom dia a todas! Eu queria, primeiro, falar que eu achei tão bonitinho Antônio Alexandre falando sobre paisagem, sobre queda de barreiras, Orquestra dos Meninos do Coque, foto de procissão de santa, mas quem não te conhece é que te compre, Antônio Alexandre. É... Vocês primeiro... É... Eu acho interessante que vocês saíram da área do Cais José Estelita e foram *pra* ilha de Antônio Vaz. Isso é massa. Tem que tratar das comunidades, do entorno, de tudo, mas isso eu entendi como estratégia *pra* vocês colocarem a área verde e área de habitação social *pra* fora da área do Cais José Estelita. Tipo, vocês falam que tem trinta e três hectares de áreas verdes, mas, tipo, eu não vi nada dentro da área do Cais José Estelita. É sempre fora. Na verdade, é uma ligação da Abelardo Rijo com a Sérgio Loreto e a calçada pintada de verde. Foi um estagiário que fez isso, *né*? Mas, enfim. É... De novo vou repetir o que, é..., Leonardo falou. Que eles receberam três, é..., projetos de lei. O primeiro era o que tinha tudo e tinham umas coisas marcadas de vermelho que era o que nos interessava. Aí eu achei que massa. Eles marcaram o que interessa *pra* gente de vermelho e não sei o que, mas no final era, tipo, tirar antes de enviar para eles. Tipo, que escroto *pow!* Meu Deus! Outra coisa, é... As vistas da maquete eletrônica, que vocês mostraram aí, é tudo de cima, de dentro do mar, num sei o que. Eu quero vê uma vista de quem *tá* andando ali daquela calçada do Cais José Estelita, de quem *tá* andando pelo Coque, de quem *tá* andando pelo... É tudo de cima. É de avião é? Outra coisa, que a gente viu nesse projeto de lei, vinte por cento da faixa *pra* uso misto. Colocamos uso misto na parte de baixo. Vinte por cento da faixa é menos do que uma faixa. Se não quatro lados é menos do que um lado *pra* uso misto. Tipo, isso não é uso misto. É... Cadê...? Não me espantou o dia da audiência ser na quinta-feira de carnaval depois de a reintegração de posse ser no dia do jogo do Brasil, depois da demolição do armazém ser numa madrugada. Tipo, isso é o de menos. A gente *tá* falando aqui só *pra* poder reiterar mesmo. É... O que foi que eu botei mais? Ah! Uma pergunta. O que quê vocês fazem com as nossas contribuições nas audiências públicas? Porque *tô* vendo que todo mundo fala que só e a coisa só faz piorar aí no projeto de lei. E outra coisa, é..., quanto tu recebe, Antônio Alexandre? E se isso que tu recebe vai valer a pena *pra* ter teu nome, em todos os livros de história, sujos...?

Teu nome sujo em todos os livros de história e, se possível, em todas as paredes de Recife.

02:00:54 – Antônio Alexandre – O próximo inscrito é José Gomes de Sá Neto, do Movimento Ocupe Estelita. José Gomes? Ah *tá*! Ah! José Gomes. Bom!

02:01:19 – José Gomes de Sá Neto – Bom dia a todos e a todas! É... Quero registrar que a gente tem um debate feito aqui que sempre é reivindicado ser feito um debate técnico por quem apresenta o projeto e, infelizmente, como foi colocado por muitos que nos antecederam, é..., esse debate técnico é inviabilizado porque não é apresentado as fundamentações técnicas que dão contorno a esse projeto. É... Mais ao mesmo tempo a gente sabe que o modelo de cidades, o problema dele não é a legalidade. É a serviço de quem esse modelo de cidade está. É... A gente é contra esse projeto não é porque ele possa ou não se adequar a legalidade da legislação vigente. A gente é contra porque ele representa um modelo de cidade excludente que a gente não aceita. Então é importante dizer isso. É importante, é..., reafirmar o que foi colocado aqui pelo Leonardo, pela Liana, pelo Alexandre, que a gente precisa entender essa audiência como nula, devido aos seus tramites, que a gente precisa deixar como proposta, mesmo entendendo isso, deixar claro que a principal proposta aqui é a supressão do artigo vinte e cinco, mas a gente precisa fazer um debate do que foi apresentado aqui. Nós vimos aqui um *slide* que começou com toda uma perspectiva histórica do centro do Recife e foi esquecido, com certeza, propositalmente, o maior desastre urbano que já aconteceu no Recife que foi a construção da Dantas Barreto. Ele foi esquecido de propósito *pra* que não se possa ter noção que esse projeto ele tem essa mesma dimensão desse desastre. Ele vai entrar *pra* história da cidade do Recife, do seu não planejamento, porque isso não é planejamento, como algo tão grave quanto. E esses gestores ficaram marcados como ficou o prefeito da época. É preciso reafirmar que a grande preocupação e a existência dessa audiência, a existência desse debate, desse projeto, ele não é uma intensão de planejar a cidade. Ele é a necessidade de dá marcos legais para o que planeja a iniciativa privada *pra* esse espaço. Então, da mesma forma como nós mobilizamos *pra* garantir que essa audiência existisse, que ocupamos p terreno do Estelita, que ocupamos a Prefeitura, é preciso afirmar isso. Não era intenção da Prefeitura *tá* fazendo esse debate. Não era intenção da Prefeitura apresentar esse projeto. Era muito claro *pra* Prefeitura o que *tava* sendo feito. A mobilização, a ocupação do terreno, a ocupação x da Prefeitura é que garantiu que esse espaço foi aberto. Agora, infelizmente, é preciso deixar claro e reafirmar, mais uma vez,

não foi intensão da Prefeitura que tivesse participação popular. Nós tivemos a maior mobilização da população da Região Metropolitana, que é o carnaval, que acontece nessa mesma área. Agora, infelizmente, foi *marcado* a audiência quinze dias exatos. É claro que ela precisa ser marcada quinze dias. *Tá* dentro, é..., do que *tá* determinado, mas você poderia ter marcado ela há quinze dias e ela acontecer amanhã. Ela ser chamada dezesseis dias antes e por que não? Então fica aqui a reafirmação da necessidade da nulidade dessa audiência, a necessidade de que esse debate seja trazido os técnicos, quem *tá* assinando esse projeto, quem vai encaminhar esse projeto a Câmara de Vereadores, se apresente *pra* que ele possa ser discutido em todos os seus aspectos, principalmente, nos políticos. E a gente vai continuar mobilizado, a gente vai continuar resistindo e, no que for necessário, a gente vai fazer *pra* que a população possa, de fato, participar da discussão no que vai ser o Recife daqui a muitos anos.

02:05:11 – Antônio Alexandre – É. O próximo inscrito é Severino Souto Alves do Sintraci, o Sindicato do Comércio Informal.

02:05:33 – Severino Souto Alves – É... *Me* apresentar inicialmente aqui. *Me* chamo Severino, faço parte do Sindicato Comércio Informal do Recife e da Comissão Nacional de Ambulantes. É... Queria pontuar uma situação aqui, uma realidade. Eu *tô* notando que as falas elas vem sendo colocadas pelos movimentos e eu acho que numa audiência pública presume a participação do corpo técnico e até do corpo político da Prefeitura. O que houve até agora foi uma única apresentação do secretário sobre o que *tava* planejado e ninguém da Prefeitura, nenhuma outra secretaria se posicionou em nada. E aí é uma prova completa que o processo dessa audiência já *tá* esgotada, a partir dessa situação. Como é que a gente constrói um debate público, uma audiência pública onde não tem um contraponto? A gente dos movimentos *tamos* aqui discutindo, colocando nossos pontos... Não tem um redebate estratégia política da Prefeitura não. Se enrolar nos seus discursos, nas suas pontuações. Então, é isso que precisam ser esclarecidas aqui. Acho que os técnicos da Prefeitura precisam se posicionar aqui e falar alguma coisa *pra* gente. É o primeiro ponto. E queria colocar que vou na defesa dos outros companheiros e dos outros movimentos, essa audiência não tinha condições de ser realizada hoje, não tem condições de se manter valida nesse processo e colocar que, realmente, nós continuamos pregando os nossos mesmos erros e colocar dentro do ponto de vista do debate do comércio informal. Nós temos uma intervenção que é esse projeto urbanístico num dos espaços de mais relevância cultural no comércio popular da cidade do Recife,

que é o bairro de São José, e nada concreto tem colocado nesse projeto. Existe espaço e aí, com devido respeito, *pra* construção de imóveis, *pra* abertura de vias públicas, espaço *pra* mobilidade e tudo. E o espaço *pra* discussão do comércio popular no bairro do Recife vai ser exterminado ou vai ser só citado lá sem nenhuma delimitação de nada? E aí colocar que esse projeto vem a colocar o que a Secretária de Mobilidade vem construindo de diálogo com o Sindicato do Comércio Informal. A gente sofreu um golpe muito forte nesse ano que passou quando o secretário de mobilidade afirmou que tinham um grande projeto *pra* estabelecer ali no Cais de Santa Rita e que o projeto significava revitalizar todo aquele Cais de Santa Rita ali e trazer ali um novo ambiente do comércio. A proposta foi apresentada em fevereiro do ano passado *pra* gente, falou-se e explicou-se da necessidade de liberar alguns espaços do comércio no Cais de Santa Rita *pra* poder começar a obra. Falou-se que o dinheiro viria de um projeto vinculado a Copa do Mundo e que a necessidade de urgência seria rápida. Nós dialogamos com os trabalhadores do comércio informal ali. Os trabalhadores foram aglomerados no meio do Cais de Santa Rita, numa situação calamitosa onde as pessoas não tão conseguindo ganhar dinheiro, e até agora nenhum projeto que era previsto, a primeira etapa, *pra* ser terminada antes da Copa do Mundo não foi terminada. E aí a discussão volta de novo nesse projeto da Ilha de Vaz. Aonde vai ficar o comércio popular? Nós vamos de novo fingir que o comércio popular não existe na cidade do Recife? Nós vamos de novo compreender que comércio informal é um seguimento que não deve ser respeitado? Nós vamos de novo excluir trabalhadores e pais de famílias que vivem dessa realidade, nesse projeto? E aí a necessidade urgente é que precisa se rever o que *tá* escrito na lei. Isso precisa pontuar, claramente, onde vão ser os espaços de comércio popular porque se for pelo discurso do secretário de mobilidade, Braga, não vai ter comércio popular a Ilha de Vaz.

02:09:16 – Antônio Alexandre – É... *Tá* inscrito aqui Marcelo Falconi que se identifica como uma entidade púrpura. É isso?

02:09:26 – Marcelo Falconi – É... Boa tarde a todos! É... Mais uma vez, eu queria dizer aqui que essas perspectivas que foram mostradas não tem integração nenhuma com a cidade. Voo de pássaro ninguém faz. Nem de asa-delta nem de helicóptero. Como Daniel Veras falou, não tem uma vista do observador. Não tem ninguém passando do lado de um prédio de cento e quarenta metros de altura. Essa questão do uso misto e, como o colega já falou também, o comércio informal não *tá* sendo previsto nada. A cidade tem que ser conectada como um todo e a gente não viu nada além de um diagnóstico muito mal feito,

muito no início. Isso não te plano *pra* nada. É só mais uma maquiagem de mais uma audiência pública forjada que a gente vem participar porque a gente tem participar, mas mesmo assim eles vão sair gabando depois que fizeram essas audiências públicas, que não valem de nada. Porque esses planos não estão sendo discutidos com a população. A gente não participa de nada. Só chegam aqui e jogam o plano nosso colo e a gente não vai aceitar isso. Obrigado!

02:10:35 – Antônio Alexandre – O próximo inscrito é Daniel Guimarães do Ocupe Estelita.

02:10:42 – Daniel Guimarães – É... Boa tarde! Eu fiquei em dúvida primeiramente hoje se era *pra* ter vindo fantasiado ou não, já que quinta-feira de cinza. Sabe, como choveu muito ontem, anteontem, *tava* tudo melado, não deu *pra* vim. E até começar com a experiência que eu tive no carnaval. *Tava* no pátio de São Pedro e lá, cidade histórica, onde você tem como referência as torres das igrejas. A torre da Igreja de São Pedro que marca lá e onde você encontra, *pra* andar na cidade, suas torres. E, daqui a pouco, tem dois elementos, assim, destacando... Meu Deus! Isso é as torres gêmeas. Dá *pra* vê daqui. Agora, você imagina se fosse tudo arrudiado e a cidade *tá* lá, no meio, no buraco. Aí vem vocês falando de equilíbrio de densidade desse modo com cento e quarenta e sete andares... A relação com o entorno. Como é que tem relação com o entorno se tudo ali tem, no máximo, seis andares? Então, qual é o entorno que *tá* sendo visto? Boa Viagem? A beira mar? Não. O entorno da área ali. O entorno do... O Cais José Estelita principalmente que é uma área não... Não tem necessidade ali... Onde tem ali... Na Rua Imperial onde são galpões de quatro, cinco andares. E isso é um gabarito. Isso é uma cidade. Vamos dizer... Ah! Vamos aumentar um pouco já que, como vocês falaram a... Vamos deixar isso algo que seja economicamente viável. Se construir potencial um, vai pagar, facilmente, o que se queria ali. Então, vamos gerar uma cidade mais humana. Telhado verde. Vocês falam com contrapartida, telhado verde. Já há um projeto de lei *pra* que... Já existe que todas as edificações tem telhado verde. Então, isso é o que? Tão brincando. Fingindo... Ah! Vamos fazer uma coisa bonitinha *pra* ser mais sustentável. É... A questão da centralidade, vocês falam que vai ser um grande centro metropolitano, mas vai ser o que? Um shopping center de roupas de grife? Ou vai ser um shopping popular? Não é apresentado isso. As perspectivas... Eu teria vergonha de apresentar as perspectivas porque não dá *pra* entender nada, vê de longe, não mostra melhor... O que mostra são essas torres gêmeas, que é o que a gente não quer. É o que é mostrado nas

perspectivas. Como foi falado, não mostra da relação urbana, não mostra das áreas verdes, de nada. É... Aí fala do plano urbanístico, mas só mostra as frentes d'águas. Então, eu quero reiterar o cancelamento do artigo vinte e cinco e o cancelamento dessa audiência, que, na verdade, eu acho que foi uma ressaca de carnaval isso aqui *pra* reencontrar as pessoas nessa falácia novamente. E... É isso. Obrigado!

02:13:52 – Antônio Alexandre – É. O próximo inscrito é Rodrigo Souza, dos Direitos Humanos.

02:13:57 –Lucas Lobato – Antes do Rodrigo... Eu só queria informar que a gente *tá* passando uma ata, é..., comprovando as pessoas que estão aqui nessa audiência. Pedindo o cancelamento da audiência. A ata vai ficar aqui com nosso amigo Caio. Aqui na frente. Aí todos que estejam de acordo e pensam da mesma forma que a gente que essa audiência deve ser cancelada, por favor, assinar a ata que a gente vai *tá* anexando junto com o pedido de cancelamento.

02:14:23 – Rodrigo Souza – Bom dia a todas e a todos! É... Começar também pegando esse gancho da fala de Lucas e de algumas falas que me precederam que é pedir a anulação da audiência não apenas por se realizar na quinta-feira pós-carnaval, mas porque ela não tem objeto. A audiência pública que a gente *tá* participando hoje ela não tem objeto. O objeto que foi colocado era uma minuta de projeto de lei, de plano urbanístico, que, como o próprio Roberto Montezuma colocou, não existe, *né?* Existem um diagnóstico prévio extremamente frouxo, mas um plano urbanístico em si, qualificado, da capacidade que Recife tem *pra* produzir nós não temos. Não tivemos na apresentação do secretário muito menos no projeto de lei que a apresentação tentou, minimamente, dá algum sentido de cidade num projeto de lei que é, extremamente, frágil. Então, mas considero relevante a ideia, a proposta de fazer uma audiência pública porque isso mostra que a sociedade civil de Recife está organizada e quer qualificar o discurso sobre a cidade, *né?* Não quer cair nessa pasmaceira de, por exemplo, que são as construtoras que constroem a cidade, *né?* Que fazem a cidade onde a gente mora. *Tá* aqui Paulo André, representante dos movimentos populares por moradia, Severino já falou aqui pelo comércio informal. Então, a gente precisa dá mais voz a sociedade e chamar a sociedade *pra* discutir no Conselho. Não só apenas para discutir uma minuta de projeto de lei, como Leonardo Cisneiros bem falou, mas sim construir qual a proposta desse plano urbanístico e que essa proposta de plano urbanístico, com diagnóstico, com estudo, com levantamento, que ele se reflita,

posteriormente, após uma discussão aprofundada num projeto de lei. Então, é..., uma das questões principais que a Prefeitura precisa, é..., aprender é isso. De criar um sistema de participação na cidade do Recife já que ela tem muita dificuldade de lidar com isso, *né?* A gente teve a conferência já em abril de 2013, em maio de 2013, a conferência já pautou uma série de prioridades *pra* discussão de plano urbanístico, de impedimento de gentrificação nas áreas centrais do Recife, de controlar a verticalização e isso não *tá*, de nenhuma forma, retratada nesse projeto de lei que está sendo apresentado pela Prefeitura do Recife. Em segundo lugar, é..., a gente teve aquela audiência pública... Acho que Daniel Veras falou bem em relação às contribuições na audiência pública. Cadê a sistematização daquelas contribuições? De que forma elas tão refletidas nesse projeto de lei? Não existe, *né?* Assim, a gente não tem uma cultura de retroalimentar as discussões dos espaços de gestão democrática com a fala do povo. Então, é mais um aprendizado que a Prefeitura precisa fazer, *né?* É... Acho que os conceitos também presentes no projeto de lei eles são muito questionáveis, *né?* Inclusive, é..., o pressuposto que a Prefeitura parte de que precisamos atrair empreendimentos vocacionados, *né?* Então, é bem emblemático o que é o que a Prefeitura entende por empreendimentos vocacionados. São os empreendimentos propostos pelas grandes construtoras. Não são os empreendimentos de habitação popular, não é empreendimento de aluguel social, de autogestão, de comércio popular que são empreendimentos vocacionados. São justamente esses empreendimentos que tem servido *pra* destruir a cidade do Recife. Você pode não tem um princípio de Estatuto da Cidade, de Plano Diretor, você não tem função social da cidade, da propriedade dentro do projeto de lei, você não tem a ideia de direito a cidade, de reforma urbana. Nada disso. O projeto de lei ele passa bem longe desses princípios que são fundamentais *pra* política urbana e *pra* gestão urbana. É... Outra questão. Não dá resposta a, como Paulo André falou, ao déficit habitacional e, por exemplo, as mais de cinco mil famílias, por exemplo, que moram no Recife e que tão vivendo a base de um auxílio moradia de duzentos reais, *né?* Mais de cinco mil famílias. E não tem projeto *pra* essas famílias, *né?* Por que não trabalhar a habitação de interesse social não só *pra* aquelas famílias que tão lá no Coque, no Cabanga, historicamente, reivindicando por esse pleito, mas também essas famílias que tão no auxílio moradia da Prefeitura? Eu acho bem interessante a estratégia de melhoria do IDH que a Prefeitura *tá* usando *pra* essa área, *né?* Porque como foi mostrado, o IDH do Cabanga está até um salário mínimo a renda, então, vamos fazer uma gestão que se preocupa tanto com indicadores sociais, *né?* Acho que eles querem melhorar o IDH ali da área tirando os pobres e botando os ricos, *né?* Assim a gente levanta o IDH do Recife e faz uma gestão

que tenha bons resultados no final *pra* apresentar em 2016. É... E aí reafirmar como propostas que a gente volte com seriedade a discussão sobre a habitação de interesse social na área e que a habitação de interesse social não só se restringe a áreas ZEIS não. A habitação de interesse social tem que ser produzida na cidade como toda. A ZEIS é criada como instrumento de impedir a especulação imobiliária, gentrificação e fortalecer processos de regulamentação fundiária de reurbanização dessas áreas. A gente precisa pensar muito bem nisso. É... *Pra* concluir... E que, inclusive, esse processo de gentrificação, de especulação e de expulsão branca em nenhum momento foi tocado e enfrentado nesse projeto de lei, *né?* E, por fim, essa questão também, reforçar o pleito de Severino que a gente pense em um plano *pra* comércio informal dentro dessa área e também fazer o questionamento acerca dos gabaritos e dos coeficientes construtivos quando, por exemplo, no Plano Diretor a previsão *pra* aquela área é um coeficiente de um e meio e *tá* sendo dobrado, sete anos depois, como todo esse processo de especulação e depredação da cidade do Recife, você duplica ainda a capacidade das construtoras de usufruir dessa área. É o que é um absurdo. Que mostra que não *tá* sendo pautada aqui a função social da propriedade, a função social da cidade, o direito a cidade e princípios urbanísticos sustentáveis. É isso.

02:21:14 – Antônio Alexandre – Próximo inscrito é Eduardo Aguiar, do Instituto de Arquitetos do Brasil/ Pernambuco. IAB/Pernambuco.

02:21:30 – Eduardo Aguiar – Boa tarde a todos! Eu estou aqui... Meu nome é Eduardo Aguiar. Eu represento o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Pernambuco. É com grande prazer está aqui nessa audiência, num é? É... E o que eu deveria falar já foi contemplado nas falas anteriores. Eu apenas vou reforçar alguns pontos que várias pessoas já expuseram, *né?* Que eu acho importante. Importante entender que essa audiência pública é uma audiência *pra* discutir um plano específico para a área. Isso é uma exigência do Plano Diretor. O Plano Diretor obriga a Prefeitura a apresentar, numa audiência pública, o plano específico para que ele seja discutido. E o que *tá* sendo apresentado aqui é um projeto de lei. Um projeto de lei é a fase final. É a conclusão de um plano, num é? De um plano específico. Um plano ele contempla o desenvolvimento de uma área. Contempla vários aspectos de desenvolvimento de uma área. O aspecto de arquitetura e urbanismo, o aspecto de desenvolvimento econômico, o aspecto de, vamos dizer, inclusão social, de sustentabilidade. Nada do que foi mostrado aqui contemplou isso, *né?* Ou seja, a Prefeitura ela *tá* usando, na verdade, o que me parece que *tá*

acontecendo, é que a Prefeitura ela tá simplesmente cumprindo tabela. Esse plano aqui... A gente vê, claramente, que é um plano que ele tá sendo, vamos dizer, feito posteriormente ao empreendimento. O empreendimento foi feito, o Novo Recife, sem o plano específico. E agora *pra*, vamos dizer, *pra* cumprir com a legalidade a Prefeitura é obrigada a fazer uma audiência pública *pra* discutir um plano específico. Só o que nós estamos aqui fazendo não é discutir um plano específico. Um plano você tem quem apresentar dados, comprovar que esse plano ele atende a questão de sustentabilidade. Se ele não atende, como é que vai atender. Ele tem que mostrar como é que ele vai ser custeado. Como é que a implantação da infraestrutura vai ser custeada. Vai ser paga por quem? Você tem que apresentar dados econômicos no espaço e no tempo. Você tem que trabalhar com simulações, *né*? Um plano de arquitetura e urbanismo você trabalha com simulações ao longo do tempo. Daqui a dez anos, daqui a vinte anos... E você mostra como é que você vai, é..., obter os recursos e como é que você vai distribuir esses recursos. É isso que o Plano Diretor manda fazer. E o que a gente tá vendo aqui é uma coisa... Tão atropelando o processo. Processo já chega pronto aqui... Em nome que chama de projeto de lei. Projeto de lei vazio. Projeto de lei que não mostra nada. O que nós precisamos analisar aqui são os dados, como bem falaram meus colegas anteriormente, são os dados. Como é que se chegou é que se chegou nesse projeto de lei, num é? A impressão que a gente tem, infelizmente, secretário, é que esse projeto de lei... Vocês estão na Prefeitura trabalhando para legalizar o processo. *Pra* que o empreendedor do Novo Recife ele consiga ter a segurança jurídica que ele necessita. E eu acho que a população, nós, inclusive do Instituto dos Arquitetos, nós não reconhecemos esse projeto de lei como plano específico. Isso não é um plano específico. Os arquitetos foram deixados de fora do processo. Pouco participara. A população não participou. Então isso não é correto. Vocês não tão sendo honestos com a sociedade. A Prefeitura precisa ser honesta. Eu acho que tudo tem que ser discutido. O resultado da discussão é que vira um projeto de lei e não o inverso. Vocês tão se furtando é de discutir o plano. É isso que a gente entende. É isso que eu acho que o Instituto ele defende que o plano seja discutido e não apresentado simplesmente um projeto de lei. Nós somos aqui, praticamente, figurantes. A impressão que a gente tem é que a gente é figurante de um processo, *né*? Figurante *pra* que o processo ande, transcorra, se obtenha a legalidade necessária e se aprove o projeto para atender a determinados interesses. Eu acho que a cidade merece mais do que isso. Eu peço ao Prefeito que ele entenda e perceba que, é..., a cidade, as pessoas da cidade merecem mais do que a Prefeitura está fazendo pelas pessoas da cidade. Eu acho isso. Obrigado!

02:26:21 – Antônio Alexandre – A próxima inscrita é a professora Amélia Reinaldo do CAU/Pernambuco.

02:26:26 – Amélia Reinaldo – É. Boa dia! É... Eu queria ressaltar, secretário, que a apresentação de hoje ela expõe ou deixa bem claro, é..., todo o equívoco do processo, ou seja, trazemos para uma audiência pública o material que não está devidamente consolidado porque ele não foi suficientemente discutido na sua câmara técnica. A câmara técnica, que ela tem o papel de assessorar ao Conselho nas decisões, ela passa por um exaustivo processo de discussão trazendo consultores, expertises, uma equipe técnica que se apresentasse e aí, eu retomo a colocação da vereadora na reunião da câmara técnica quando disse, qual é a dificuldade, senhor secretário, de apresentar os seus técnicos? De nomear aquele que é o responsável, aquele que vai apresentar a RP ao CAU. Então, nos matamos o processo de discussão na câmara técnica. Estamos trazendo para uma audiência as questões que já deveriam está sendo discutidas e tratadas e consolidadas naquilo que a câmara técnica diz que é um relatório fundamentado para apresentar à audiência pública e aos conselheiros. Então, fica visível esse equívoco do processo que a gente queria chamar atenção. Por exemplo, discutir aqui, secretário, coisas que o senhor colocou e como várias pessoas já colocaram, que os parâmetros urbanísticos, o coeficiente é *pra* harmonizar entre o construído e o espaço público. Não é o coeficiente. O coeficiente é um resultado. É aquilo que a gente faz harmonicamente com volumes, com definições do espaço público, de conceito para que depois então resultem os parâmetros. Os parâmetros resultam e eles não emergem num projeto de lei... E se legitima por um projeto de lei. A outra questão, senhor secretário, é que aí nós propomos sim que na câmara técnica seja discutido um plano *pra* toda área, *pra* toda ilha, a partir do preliminar levantamento que vocês fizeram. E aí é um conceito que se precisa *pra* esse espaço. E a nossa sugestão é se não existir, se nós não tivermos, se não foi possível criar um conceito, que eu acho que é possível sim, vamos adotar o conceito que Nassau adotou em 1639. Aqui vale a pena se construir uma cidade porque aqui se chega de todos os lugares e se sai para todos os lugares. Adotemos esse conceito, como o senhor diz, são dezessete pontes, e vamos fazer então o projeto do espaço todo, discutir os conceitos do solo fragmentado e abordar, senhor secretário, aquilo que está dito no artigo um nove quatro, que são os princípios norteadores. E aí, secretário, a gente lembra também como uma proposta que a gente aprende, aplica isso na academia, que quando a gente define um objetivo, como o senhor enumerou aí alguns, e mais esses objetivos do artigo um nove quatro que não estão contemplados como, por

exemplo, promover a dinamização econômica, a inclusão socioespacial, reabilitar e conservar o patrimônio, priorizar investimentos em infraestrutura, implantar mecanismos que viabilizem a participação público/privada, promover a inclusão socioespacial da população. A gente testa para ver se esses objetivos eles continuam nas propostas e aí a gente vai perceber também, secretário, que esses objetivos eles se perdem até no projeto de lei quanto mais se a gente mergulhar profundamente nessa discussão técnica. E aí eu diria, secretário, que seguramente na sua equipe tem alguém que sabe disso. Quando colocou a necessidade de um plano de massa... Porque todos nós arquitetos e urbanistas entendemos que um plano de massa é a representação gráfica de um projeto específico. E estava na versão um e foi retirada nas versões dois e três. Então, a gente sabe que tem alguém na sua equipe que entende da maneira que nós entendemos. E que aí, lamentavelmente, o senhor disse que foi retirado por uma decisão política e que essa decisão não pode se sobrepor a uma decisão técnica. *Pra* finalizar, senhor secretário, fica evidente que, por exemplo, que talvez tenham sido colocadas as questões que o senhor não teve conhecimento. Quando o senhor diz que vão ser retirados os muros e as grades apesar de que isso era uma proposta já de um decreto municipal de 1895, mas a gente está recuperando, agora. Muito bem. Parabéns! A gente queria lembrar que na versão três foi acrescentado um requisito especial que diz o seguinte, de número dezessete: “será permitido recuo nulo nas laterais e de fundos do pavimento térreo até o quarto pavimento”. O que vai dá, senhor secretário, um muro de, no mínimo, doze metros de altura. Então, acho que ou alguém colocou sem entender o que estava na apresentação ou, de fato, a gente pode entender que parede não é muro e aí é um novo conceito de urbanismo que a gente pode discutir na câmara técnica.

02:32:19 – Antônio Alexandre – O próximo inscrito é Roberto Mota, professor da área de antropologia da UFPE.

02:32:37 – Roberto Mota – Bom dia a todos! Eu queria dizer umas coisas meio ingênuas. É que existe um poder fortíssimo que *tá* trabalhando contra o povo e que é o poder da alta finança e das altas indústrias de construção. Esse povo *tá* comprando muita gente. Eu, inclusive, sou membro de um instituto arqueológico aqui de Pernambuco, arqueológico histórico geográfico, e sei o que está acontecendo lá dentro. Sei também que isso está atingindo o judiciário. Sei de boa fonte. E acho que se a gente... Terminando um pouco anedoticamente... Se a gente tem o movimento Ocupe Estelita, eu acho que a gente devia ter também o movimento Ocupe Arqueológico porque o arqueológico, como outras

instituições, virou uma instituição antipovo e antirecife e outras coisas que nesse momento não vou dizer. Muito obrigado!

02:33:49 – Antônio Alexandre – Está inscrita agora a vereadora Isabella de Roldão.

02:33:53 – Isabella de Roldão – Vou respeitar os três minutos, viu? Minha gente, boa tarde a todas e a todos. Eu queria iniciar minha fala colocando uma pergunta. Porque foi colocado aqui na apresentação uma área grande amarela escrito assim: área dois. Onde *tá* escrito: zona de renovação urbana de um tipo projeto chamado Novo Recife. E eu pergunto, diante de tudo que foi apresentado, o quê que tem de novo *pra* Recife? A gente poderia dizer que tem de novo se, de fato, a gestão assumisse a reavaliação de todo um processo que vem acontecendo há décadas na nossa cidade. Ninguém pode dizer que isso é culpa de dois anos *pra* cá. Não é. Isso é anterior. Muito anterior. É o processo natural de degradação dos imóveis antigos. É o processo natural de degradação das áreas públicas e que vai se abandonando, se abandonando até chegar o dia que todo mundo começa a desejar... Minha gente, tem que fazer alguma coisa porque ninguém aguenta mais aquilo ali. E aí fazer alguma coisa é isso. É um prédio... De quantos andares? Porque eu não sei... Cento e tantos metros de altura. Isso equivale a quantos andares? Eu não sei. Quarenta e cinco? Veja! Eu sou advogada. Não sou engenheira nem sou arquiteta. Então *pra* mim falar em cento e tantos metros eu não tenho nem noção, imagino que deva ser muito grande, mas quarenta e cinco metros dentro do nosso Recife. O que mais me assustou na reunião passada... Porque eu queria também me apresentar eu sou vereadora do Recife, mas eu sou suplente do Conselho das Cidades e aí, como suplente, eu até fiquei em dúvida se eu teria direito a fala ou não na reunião passada, mas eu tive direito a fala. E o que mais me assustou na apresentação que foi feita foi o filmezinho que foi suprimido. O secretário não passou aqui hoje. O filme, *né*? Daquela perspectivazinha... Aqui... Eu fiquei assim... Como é isso? Como é que a gente vai permitir que tantas outras torres gêmeas sejam instaladas ali dentro? E o que eu queria dizer a vocês aqui é que eu acho que o movimento tem que mudar. Não tem que ser Ocupe Estelita não. Tem que ser Resiste Estelita. Porque eu vou dizer a você... Eu *tô* aqui chocada com a audiência pública. Com todo respeito que eu tenho ao secretário, quero muito bem a ele, mas eu *tô* chocada com a dinâmica da audiência pública. Eu já fiz muitas audiências públicas na Câmara, enquanto vereadora do Recife, e o que há numa audiência pública é um processo de debate. Eu acho que Alexandre aqui que falou em nome do IAB foi muito feliz nisso. Qual é a discussão que *tá* havendo aqui hoje? Quem *tá*

discutindo aqui? Quem *tá* contrapondo a minha proposta, o meu pensamento, a minha argumentação? Ninguém *tá* contrapondo nada. A gente *tá*... Como dizia Paulo Freire na pedagogia do oprimido, a gente *tá* fingindo que ensina e o aluno *tá* fingindo que aprende. A gente *tá* brincando. A gente *tá* fazendo faz de conta. Agora, o desafio do Resiste Estelita é o desafio do Resiste Recife. Eu vejo ali dentro do Poço da Panela, área hoje limitada a seis andares... Eu acho não. Seis andares. Já existe um conglomerado demais de dezesseis prédios de seis andares dentro do Poço da Panela. Se você olhar de qualquer local afastado do Poço, numa certa altura, você vai ver o que é um monte de casa, de repente, numa rua você tem dezesseis prédios de seis andares, mas sabe o que é isso? É a degradação da nossa história. O que a gente *tá* discutindo... Eu acho que Renê foi muito feliz aqui, quando ele colocou que a gente esqueça as diferenças políticas. Se é o partido A, B ou C. Se eu *tô* contra. Se o que eu *tô* fazendo aqui é *pra* fragmentar, *pra* fragilizar porque a eleição *tá* chegando. A gente tem que pensar, hoje, nessa discussão é que a gente *tá* aqui deixando como herança pras novas gerações que não vão conhecer o Estelita, que não vão conhecer a ilha do Recife, porque a ilha do Recife vai ser invadida. As torres gêmeas foram a prova disso. Tão lá. Aquela coisa horrorosa. Tomando conta e, verdadeiramente, empatando minha vista. E isso precisa ser revisto. E eu diria que discutir o Projeto Novo Recife era discutir uma reavaliação de conceitos. Aqui a gente não pode se ater, exclusivamente, se vai construir torre, se não vai construir torre. Minha gente, vamos parar. O quê que a gente quer *pra* nossa cidade? O quê que eu quero registrar na história como falou aqui...? O quê que eu quero deixar registrado na história, nos livros de história? Do que a nossa geração *tá* fazendo *pra* evitar que Recife se torne uma nova São Paulo? Aí a gente continua fingindo que ensina e fingindo que aprende. Não, o Poço da Panela toda aquela área ali é limitada a seis andares. Seis andares que vão derrubar as casas. Sabe qual foi a maior surpresa no carnaval agora dentro do Poço da Panela? Um trio elétrico. Eu tirei foto. Eu disse: eu não posso acreditar que nessas pedras velhas que contam a nossa história tem um trio elétrico. Nada conta trio elétrico. Massa! Animado. Mas não *pra* dentro de uma cidade histórica como o Poço da Panela. Como um bairro histórico. Mas, aos poucos, a gente vai se deixando minar pela modernidade. Que é muito mais bonito do que aquele casarão que *tá* ali caindo aos pedaços. Muito mais bonito, talvez, seja um prédio todo espelhado, num é? Bonito, arborizado. E a gente continua fingindo que *tá* tudo certo. Eu não tenho termos técnicos *pra* discutir aqui, como a professora Amélia faz de forma muito compreensível, ao mesmo tempo muito, eu diria, com muita propriedade, mas eu tenho um desejo de deixar uma cidade viva, viva, contada nas suas histórias, como a Inglaterra fez após a guerra. Podia

ter feitos enormes prédios, mas pegou todo o dinheiro *pra* investir e reconstruir a cidade como era antes da guerra. Se fosse com a gente, dificilmente isso iria acontecer. Que a gente ia botar prédio, daqui a pouco, de cem andares porque já *tamos* em quarenta e cinco. E o que eu queria aqui convocar vocês, inclusive, foi tocado no assunto do túnel da Abolição, eu quero dizer que nós estivemos visitando o Museu da Abolição que está lá, praticamente, de portas fechadas porque a obra do túnel, que não termina nunca, empatou a principal entrada dos ônibus escolares *pra* levarem as crianças *pro* Museu. E isso não foi pensado no projeto porque é melhor, de fato, dá vez *pro* carro, *pra* que transite melhor e cada vez mais rápido. E a gente *tá* lá com a nossa história, o nosso Museu da Abolição, que recebia mais de sete mil visitas por ano, restrita a menos da metade porque as vias de acesso estão bloqueadas. E é isso que a gente quer? E eu queria, então, lembrar a vocês que tudo que nós *tamos* discutindo aqui hoje, apesar de eu compreender que audiência pública se faz sim através de um debate, um debate de contra argumentação, um debate na qual na reunião passada do Conselho a gente sentiu falta da parte técnica. Não tirando o lado técnico do secretário que a gente acredita, a gente confia, a gente sabe que ele é um técnico excelente, mas quem desenhou isso? Quem é da Prefeitura que vai? Qual é o arquiteto? Qual é o engenheiro? Qual é o urbanista que *tá* botando seu nome nesse projeto? E *tá* defendendo esse projeto? Eu sinto falta aqui da representação do Instituto Pelópidas Silveira. Eu *tô* vendo aqui Fernando ali sentado quietinho. O bichinho chega *tá*... Mas a gente sente falta da sua fala se é você que responde pelo Instituto, se é você que responde, de certa forma, pelo projeto. Cadê a fala? Cadê a questão técnica? O quê que a gente *tá* discutindo aqui, num é? A gente *tá*, de fato, cumprindo protocolo. Audiência pública realizada numa quinta-feira de cinzas, no horário do expediente... Mas é realizado. O protocolo foi cumprido. E as respostas? E todas as questões que foram levantadas aqui? Vai ser mais uma audiência pública onde tudo vai ser gravado, registrado numa ata, mas não vai haver discussão sobre o que *tá* escrito na lei, no projeto? Então, eu convoco vocês a acionarem os vereadores de Recife porque essa lei vai passar na Câmara, esse projeto. E só vai ser aprovado se a Casa assim o entender. Como, infelizmente, a gente teve agora a má notícia de ver o projeto da Boa Vista. Foi aprovado. A demolição de alguns casarões da Boa Vista. Passou na Câmara. Apesar da resistência de alguns poucos, mas foi aprovado. Alguns casarões da Boa Vista serão demolidos. Então, resiste Estelita. Resiste. Amplia isso. Vamos sim agora ocupar a Câmara para discutir com os vereadores. Vamos bater no gabinete de cada vereador. Vamos conversar, puxar *pra* discussão e puxar a responsabilidade. *Pra* que nós estamos servindo? *Pra* quem a gente veio *pra* servir?

Inclusive, até o tema da Campanha da Fraternidade 2015, *né?* Então que a gente reflita, resista e tenham a certeza, tudo que está sendo discutido *pra* ser validado passa pela Câmara. E a votação é aberta, o voto é aberto. Quem vota a favor e quem vota contra *tá* registrado no painel. E cabe agora a gente chegar *pra* conversar. *Pra* desconstruir, talvez, um projeto que vai chegar da noite *pro* dia. E quem sabe em regime de urgência, *pra* que seja dispensado todos os prazos das comissões, e, rapidamente, isso seja posto na pauta do dia. Então, acionem os vereadores. Os vereadores que vocês conhecem. Certamente aqui cada um votou num vereador. Procure seu vereador, se assim você se achar representado. E se não achar representado, converse ainda assim porque ele tem o voto. E é esse voto que vai fazer a diferença. Então, resiste Estelita e amplia isso *pra* todo o Recife. *Brigada!*

02:44:31 – Antônio Alexandre – Bom! Encerradas as inscrições, é..., agradecemos a presença e a participação de todas e todos e a audiência pública está encerrada. Até a próxima.